Com a Claro, você se conecta + com o que ama.

Eu ó o novo

CLARO NXT TELECOMUNICAÇÕES S.A.

CNPJ: 66.970.229/0001-67

Claro

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

A Administração da Claro NXT Telecomunicações S.A. (“Claro NXT” ou “Companhia”) submete à apreciação dos Senhores Acionistas, Colaboradores, Clientes, Fornecedores de Serviços e Produtos, Instituições Financeiras e à Sociedade em geral o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, acompanhados do Relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

1 - INTRODUÇÃO

A Companhia foi constituída em 17 de setembro de 1991, possui sede na cidade de São Paulo - SP, e tem como principal objeto prestação de serviço de telecomunicações, especialmente na modalidade de Serviço de Acesso Condicionado - SeAC (TV por Assinatura) e de Serviço de Comunicação Multimídia - SCM, os quais estão sujeitos a regulação da Agência Nacional de Telecomunicações (“ANATEL”), bem como serviços de outras naturezas tais como instalação e manutenção de equipamentos, Serviços de Valor Adicionado - SVA, locação e comercialização de bens.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia é controlada pela Claro S.A. (“Claro”), detentora de 68,08% do capital social total. A Companhia tem como controlador indireto final a América Móvil S.A.B. de C.V. (“América Móvil”), sociedade organizada e existente de acordo com as leis do México.

As principais sociedades em que a Companhia detém o controle (direta ou indiretamente) são as que seguem:

• Embratel Tvsat Telecomunicações S.A. (“Tvsat”): Prestação de serviços de telecomunicações na modalidade de Serviços de Acesso Condicionado - SeAC, no segmento de TV por assinatura via satélite (*Direct To Home- DTH*), além de outros serviços como provimento de capacidade satelital, Serviços de Valor Adicionado - SVA, serviço de instalação e manutenção de equipamentos, dentre outras atividades correlatas;

• Reyc Comércio e Participações Ltda. (“Reyc”): Importação, comércio de equipamentos e outras atividades correlatas; e

• Telmex do Brasil S.A. (“TdB”): Prestação de serviços de telecomunicações na modalidade Serviço de Comunicação Multimídia - SCM, prestação de serviços de instalação e manutenção, locação e comercialização de bens.

2 - CENÁRIO MACROECONÔMICO

De acordo com dados do IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 2,3% em 2025, o menor resultado desde a pandemia. Mesmo com sinais de desaceleração, os dados demonstram que praticamente todas as atividades econômicas apresentaram expansão.

De acordo com as informações divulgadas, o setor de serviços manteve desempenho positivo em 2025, registrando crescimento em todas as suas atividades, mesmo em um cenário de desaceleração econômica. No que diz respeito ao consumo das famílias, houve avanço de 1,3% no ano, embora em ritmo menor que em 2024. Esse movimento reflete, em grande parte, a combinação de fatores como a queda da taxa de desemprego, a melhora do mercado de trabalho e a ampliação do acesso ao crédito, além do impacto contínuo dos programas governamentais de transferência de renda, elementos que contribuíram para sustentar o poder de compra das famílias ao longo do período.

Este comportamento de menor ritmo do crescimento econômico muito se deve à política monetária contracionista do Banco Central, com a manutenção da taxa de juros elevada ao longo de todo o ano. A taxa Selic que influencia as demais taxas de juros do país, quando elevada, age de forma restritiva na economia, encarecendo o crédito, desestimulando os investimentos e o consumo. A taxa Selic iniciou o ano a 12,25% ao ano, atingiu em junho 15% ao ano e assim se manteve pelos meses seguintes. Por outro lado, a taxa de câmbio da moeda norte-americana apresentou uma queda de 11,14%, fechando o ano cotada a R$5,50, contra a taxa de fechamento de 2024 que foi de R$6,19.

Taxas de juros elevadas tiram força ao crescimento econômico. Nesse sentido, o Banco Central sinalizou, em reunião do Comitê de Política Monetária (“Copom”), a estratégia de iniciar, a partir do primeiro trimestre de 2026, um ciclo de redução da taxa Selic, e a expectativa é de encerrar o ano a 12,00% ao ano, conforme dados do Relatório Focus (base: 27/02/2026).

A indústria brasileira deverá ser o setor mais penalizado pela política monetária contracionista, crescendo ainda menos em 2026, e, de forma geral, mantendo a trajetória de moderação no crescimento da atividade econômica.

A nível global, em um ambiente externo de maiores incertezas diante de um cenário de extrema tensão geopolítica, para 2026 é esperada uma desaceleração econômica que pode gerar reflexos relevantes nos países, inclusive do Brasil.

3 - DESEMPENHO OPERACIONAL

A Companhia manteve o crescimento da sua base de assinantes de Banda Larga Fixa, com aproximadamente 363,2 mil adições líquidas em 2025, e segue liderando o mercado brasileiro, com 19,7% de participação de mercado no final do ano. No segmento de “*ultra-high speeds*” (a partir de 500 Mbps), mantemos nossa liderança com 23,0% em participação de mercado em 2025.

Em TV por assinatura, a Companhia continua liderando o mercado brasileiro, com 46,6% de participação de mercado em 2025, tendo como principal estratégia a entrega da mais completa oferta de conteúdo. A Claro vem adicionando novas plataformas de streaming, novas funcionalidades e soluções com a melhor experiência para consumir entretenimento em casa ou fora de casa.

A base de clientes com a oferta convergente da Companhia, que combina serviços residenciais e móveis, cresceu 13,7% em relação ao ano anterior, e segue sendo prioridade da Companhia para melhorar a experiência dos clientes, fidelização da base e aceleração do crescimento da receita.

4 - DESEMPENHO FINANCEIRO

	Consolidado		
R$ Milhões	**2025**	**2024**	**Δ%**
Receita líquida total	**18.057**	**17.637**	**2,4%**
EBITDA	**5.797**	**6.566**	**-11,7%**
Margem EBITDA	32,1%	37,2%	*-5,1 p.p*
EBIT	**2.320**	**2.887**	**-19,6%**
Margem EBIT	12,8%	16,4%	*-3,6 p.p*

Em 2025 a receita líquida total foi de 18,1 bilhões de reais, 2,4% acima do mesmo período de 2024, destaque para o crescimento de 3,7% na banda larga residencial.

O EBITDA de 2025 totalizou 5,8 bilhões de reais e margem EBITDA de 32,1%.

5 - INVESTIMENTOS

A Companhia e seus acionistas mantêm seu compromisso de longo prazo, com expressivos investimentos que seguem contribuindo ao desenvolvimento e crescimento do país. Da mesma forma, possui gestão comprometida com a alta qualidade dos serviços, sempre focada na inovação e no desenvolvimento tecnológico.

Em 2025, a Companhia investiu R$3,4 bilhões, principalmente em infraestrutura de rede, equipamentos de TV por assinatura e banda larga.

6 - AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA CORPORATIVA (ASG)

Nesta sessão se adotará o termo “Claro” para representar a Companhia, sua controladora direta e suas controladas diretas e indiretas.

A Claro faz parte do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU) alinhando suas estratégias a dez princípios universais nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e anticorrupção. Atualmente, o pacto é a maior iniciativa de sustentabilidade corporativa do mundo.

Com esta adesão a Claro reforça, junto com empresas de 160 países, o compromisso de contribuir para o alcance dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), dentro da chamada Agenda 2030 – um plano de ação aprovado em 2015, com 169 metas para erradicar a pobreza e promover vida digna para todos dentro de um modelo sustentável.

Em 2025, reforçando seu compromisso com a frente de Sustentabilidade, a Claro, assinou de uma única vez sete dos dez movimentos de aceleração de pautas conectadas do programa Ambição 2030.

Todas as ações foram divulgadas pela Claro em 2025 ((https://www.institutoclaro.org.br/wp-content/uploads/2025/04/Claro-Relato%CC%81rio-2024.pdf), destacando diversas iniciativas nos campos Ambiental, Social e de Governança Corporativa.

Ambiental:

A Claro adota diversas práticas de ASG, age de forma ativa para reduzir sua pegada de carbono e também ao longo da sua cadeia produtiva e faz campanhas de reciclagem e conscientização junto à população sobre o tema.

Implementado em 2017, o programa ‘A Energia da Claro’ é considerado um dos maiores programas de energia renovável nacional por um consumidor privado, prevê o uso de energia limpa para o abastecimento das operações da empresa por meio de parcerias para a construção de usinas de geração distribuída e a compra de energia limpa. Além disso, são adotadas medidas visando aumentar a eficiência energética da Claro e a redução das suas emissões de gases causadores do efeito estufa.

Nosso programa energético é referência nesta modalidade de geração de energia. São 122 usinas, de fontes limpas e renováveis, como solar, hidrelétrica e de biogás, responsáveis pela produção de aproximadamente 80% de toda a energia utilizada pela Claro. Além disso, o programa aumentou a eficiência energética da Claro, por meio de ativação de *features* para redução do consumo das ERBs (estações rádio base), substituição de lâmpadas convencionais por LED, dentre outras ações relevantes.

No segmento de média tensão, a Claro adquire energia renovável no mercado livre, o que faz com que seus *data centers*, prédios administrativos e operações de grande porte utilizem também somente energia limpa.

Em 2025, mais de 5,5 mil toneladas de equipamentos foram reciclados diretamente pela Claro, sendo 1,3 toneladas em celulares, periféricos e baterias, que tiveram destinação responsável dentro do programa Claro Recicla (Aderência à Política Nacional de Resíduos Sólidos). Houve também aumento do uso de biocombustíveis na frota nacional, totalizando 78%.

Social:

A Claro e o Instituto Claro atuam no pilar social a partir de dois eixos-chave: educação e cidadania. O Instituto Claro foi a segunda organização de responsabilidade social corporativa no Brasil a ser reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU) com o selo de Status Associativo e mantém parceria com o Unicef em várias iniciativas de educação.

Em parceria com instituições públicas de ensino, levamos tecnologia para as escolas, formação para os professores e oportunidades para os alunos. Promovemos transformações em projetos que se tornaram exemplo de sucesso, e posicionamos o Instituto Claro como um *hub* de inovação em educação a serviço do país, compartilhando tecnologias sociais por meio de projetos como Educonex@o, Dupla Escola, Campus Mobile, Naves do Conhecimento e Trajetórias de Sucesso Escolar.

A Claro e o Instituto Claro beneficiaram, de 2019 a 2025, 39 mil estudantes e 10 mil professores, em 302 municípios em 8 estados brasileiros com o projeto Trajetória de Sucesso Escolar.

Está disponibilizado no Portal do Instituto Claro uma interface com a comunidade de ensino, principalmente professores, para que tenham acesso a planos de aula digitais, em uma plataforma que gera conteúdo relevante sobre educação, feito por educadores e para educadores. Em 2025, o portal recebeu 3,1 MM de usuários únicos.

Em sua estratégia de Inclusão Produtiva Jovem, em 2025 a Claro ultrapassou a marca de mais de 14 mil jovens contratados pelas empresas do grupo e que possuem algum marcador de vulnerabilidade social. Por essa atuação, a empresa foi convidada para participar do Pacto Nacional pela Inclusão Produtiva das Juventudes do Brasil, iniciativa do Ministério do Trabalho e Empresa, UNICEF, 1MIO (Um Milhão de Oportunidades UNICEF), Organização Internacional do Trabalho (OIT) e Pacto Global. Além disso, a Claro é a líder do Grupo de Trabalho de Primeiro Emprego dentro da iniciativa.

Governança Corporativa:

Governança Corporativa é a execução de uma gestão empresarial que respeita os interesses de todos os públicos que se relacionam com a Claro.

A Claro conta com um Sistema de Compliance que tem como pilares a prevenção, detecção e correção de situações relacionadas a corrupção, atitudes antiéticas, prevenção a lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo, dentre outras. Seu objetivo é fazer os colaboradores e toda sua cadeia de valor estar em conformidade com o nosso Código de Ética, as Leis Brasileiras, como a Anticorrupção (nº 12.846/2013), e internacionais, como a Americana (FCPA), o que reflete a expressão do compromisso empresarial com os mais altos níveis éticos de desempenho e conduta organizacional, bem como sua missão, visão, valores e princípios que descrevem os comportamentos alinhados aos objetivos e ao modelo de gestão da empresa, promovendo uma cultura íntegra e que todos estejam “conectados com o certo”.

Para isso, a Claro dispõe de instrumentos, como o Estatuto Social, Políticas, Normas e Canal de Denúncias, dentre outros, que estabelecem os principais critérios de decisão da Administração. O Código de Ética é dividido entre ‘Colaborador’ e ‘Fornecedor, parceiro comercial e prestador de serviços’, visando facilitar a leitura e direcionando o conteúdo para o público-alvo desejado.

Periodicamente são treinados todos os colaboradores e parceiros comerciais nos aspectos éticos e de *Compliance*/anticorrupção, visando promover e manter o alinhamento entre as partes no mais elevado padrão de relacionamento comercial.

A Claro possui os Comitês de Ética e de *Compliance*, que se reúnem periodicamente para avaliar questões operacionais e comportamentais, bem como denúncias apontadas pelo canal estabelecido.

Corroborando todo este cenário, no segundo semestre de 2025, a Claro obteve as certificações ISO 37.001 (Gestão Antissuborno) e ISO 37.301 (Gestão de Compliance), demostrando, via reconhecimento externo, a aplicação das melhores práticas de mercado.

A Claro também possui uma estrutura robusta para acompanhar as leis de transparência e privacidade determinadas pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). As ações de gestão compartilhada buscam a inclusão e a diversidade, além de promover iniciativas baseadas em boas práticas de *compliance*, anticorrupção e acolhimento de denúncias.

Para garantir o correto uso e tratamento de dados pessoais dos cidadãos e dos clientes, a Claro cumpre a conformidade legal determinada pela LGPD, bem como divulga regularmente em seu portal o número de solicitações e demandas sobre dados pessoais realizados pelos titulares ou as solicitações endereçadas pelas autoridades. Além disso, reforça a transparência de suas operações com o Portal de Privacidade, no qual os clientes podem consultar a política de privacidade, acessar o portal de segurança e exercer todos os direitos previstos na LGPD. O acesso a informações, como política de *cookies* e direitos de privacidade, também é disponibilizado. Dessa forma, a Claro atende as necessidades de seus *stakeholders* de forma segura e transparente.

7 - RECURSOS HUMANOS

A Companhia tem como principal valor as Pessoas, colocando-as no centro de sua estratégia para sustentar um crescimento forte, responsável e alinhado aos objetivos do negócio.

Em 2025, as mais de 7 mil pessoas colaboradoras distribuídas por todo o Brasil fortaleceram ainda mais sua conexão com a cultura e o jeito de ser Claro. Nesse movimento, aprimoramos nossa atuação colaborativa para desenvolver serviços e produtos inovadores, mantendo foco absoluto no Cliente e na busca pelos melhores resultados.

Somos um time plural. A diversidade e a inclusão são fundamentos da nossa cultura e orientam nossas práticas diárias. Promovemos o respeito e tratamos cada pessoa com dignidade e profissionalismo, conforme os princípios do nosso Código de Ética. Nossa atuação está estruturada em cinco eixos — pessoas com deficiência, equidade de gênero, gerações, equidade racial e LGBTQIAPN+. Na maior parte desses eixos, apresentamos níveis de representatividade compatíveis com as médias de mercado praticadas por empresas de grande porte.

Comprometidos com nossos valores e convictos de que a diversidade nos complementa e fortalece, seguimos promovendo iniciativas que constroem um ambiente de trabalho harmônico, respeitoso e inclusivo. Em 2025, ampliamos a representatividade em todos os eixos. Destacamos:

· Equidade Racial – crescimento de 3,83% no número de pessoas pretas e pardas em relação a 2024.

· Pessoas com Deficiência – aumento de 4,66%, encerrando o ano com 359 colaboradores.

Como parte de sua estratégia ASG, a Claro aderiu, em 2025, a importantes Movimentos que reforçam seu compromisso com um ambiente mais inclusivo e representativo até 2030, entre eles o Movimento Raça é Prioridade e o Elas Lideram.

Também destacamos o Programa Jovem Aprendiz Claro, voltado para a preparação e inclusão de jovens no mercado de trabalho. Encerramos o ano com 48 jovens aprendizes atuando nos escritórios do grupo, em todo o país.

Para estimular o autodesenvolvimento e manter nossos colaboradores atualizados, ampliamos significativamente nossas ações de capacitação por meio da Conecte-se, nossa plataforma de desenvolvimento. Em 2025, chegamos a 1.510 conclusões de treinamentos. O portfólio da plataforma oferece cerca de 3.000 cursos, abrangendo conteúdos de inovação, área comercial, temas técnicos, saúde e bem-estar. Entre os destaques do ano:

• O Programa de Desenvolvimento da Liderança, que capacitou presencialmente, neste ano, 652 líderes no tema Cultura de Feedback;

• O treinamento de ética, compliance e segurança da informação.

Por fim, reforçamos nosso compromisso em oferecer a melhor experiência na jornada do colaborador.

A área de Recursos Humanos segue atuando com foco em *Employee Experience*, conduzindo pesquisas de satisfação referentes aos sistemas corporativos, ao RH, às áreas administrativas e à pesquisa de clima organizacional. Esses indicadores orientam decisões estratégicas e contribuem para a construção de um ambiente no qual as pessoas sintam orgulho de trabalhar e pertencer.

AGRADECIMENTOS

A Administração da Companhia agradece o apoio e confiança dos acionistas, de nossos fornecedores, dos governos, instituições financeiras, a parceria de toda a comunidade e em especial a todos os funcionários e parceiros, que trabalharam incansavelmente com dedicação para que a Companhia pudesse alcançar os objetivos de atender às necessidades, demandas e expectativas de nossos clientes.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Notas	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	**47.872**	4.733	**165.428**	124.786
Contas a receber, líquidas	5	**286.217**	316.162	**559.937**	549.433
Partes relacionadas	15	**3.380.719**	2.776.279	**3.279.264**	4.541.702
Estoques	6	**65.047**	65.791	**65.744**	66.975
Tributos a recuperar, líquidos	7.1	**65.018**	144.852	**109.664**	183.080
Despesas antecipadas	8	**532.732**	519.476	**553.924**	534.818
Outros ativos		**11.512**	15.281	**12.329**	16.972
		4.389.117	3.842.574	**4.746.290**	6.017.766
Não circulante					
Tributos a recuperar, líquidos	7.1	**272.093**	291.984	**295.898**	313.927
Tributos diferidos, líquidos	7.2	**3.069.259**	3.023.388	**3.641.205**	3.503.161
Depósitos judiciais	14	**658.112**	645.806	**679.634**	659.723
Partes relacionadas	15	**149.141**	18.519	**6.053.333**	3.337.374
Despesas antecipadas	8	**1.003.406**	894.226	**1.023.390**	922.093
Outros ativos		**–**	859	**19**	876
Investimentos	9	**7.986.234**	7.845.775	**–**	–
Imobilizado	10	**12.032.199**	11.622.118	**13.705.553**	13.451.385
Intangível	11	**825.977**	917.175	**956.257**	1.055.707
		25.996.421	25.259.850	**26.355.289**	23.244.246
Total do ativo		**30.385.538**	29.102.424	**31.101.579**	29.262.012

	Notas	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	12	**1.777.773**	1.594.866	**2.038.990**	1.806.914
Obrigações fiscais, líquidas	13	**166.815**	168.494	**201.596**	189.633
Provisões	14	**128.244**	126.726	**135.654**	134.313
Partes relacionadas	15	**473.563**	374.619	**650.204**	395.712
Receitas diferidas		**4.013**	571	**12.049**	7.500
Passivo de arrendamento	17	**80.313**	28.051	**81.765**	30.213
Outras obrigações		**138.128**	165.284	**146.026**	173.905
		2.768.849	2.458.611	**3.266.284**	2.738.190
Não circulante					
Obrigações fiscais, líquidas	13	**–**	821	**–**	821
Provisões	14	**925.702**	489.917	**1.458.190**	589.807
Partes relacionadas	15	**10.757.914**	12.396.210	**10.447.271**	12.150.718
Passivo atuarial	16	**34.370**	71.745	**34.370**	71.745
Passivo de arrendamento	17	**111.527**	10.266	**107.881**	15.821
Outras obrigações		**242.199**	161.077	**242.606**	181.133
		12.071.712	13.130.036	**12.290.318**	13.010.045
Total do passivo		**14.840.561**	15.588.647	**15.556.602**	15.748.235
Patrimônio líquido	18				
Capital social		**21.430.205**	21.430.205	**21.430.205**	21.430.205
Reserva de capital		**118.683**	118.683	**118.683**	118.683
Outros resultados abrangentes		**(23.931)**	(43.634)	**(23.931)**	(43.634)
Prejuízos acumulados		**(5.979.980)**	(7.991.477)	**(5.979.980)**	(7.991.477)
Total do patrimônio líquido		**15.544.977**	13.513.777	**15.544.977**	13.513.777
Total do passivo e patrimônio líquido		**30.385.538**	29.102.424	**31.101.579**	29.262.012

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA CONTROLADORA E CONSOLIDADO em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**21.430.205**	**118.683**	**(51.657)**	**(8.199.317)**	**13.297.914**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	207.840	207.840
Atualização do passivo atuarial	–	–	8.023	–	8.023
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**21.430.205**	**118.683**	**(43.634)**	**(7.991.477)**	**13.513.777**
Lucro líquido do exercício	**–**	**–**	**–**	**2.011.497**	**2.011.497**
Atualização do passivo atuarial	**–**	**–**	**19.703**	**–**	**19.703**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**21.430.205**	**118.683**	**(23.931)**	**(5.979.980)**	**15.544.977**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Notas	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Receita operacional, líquida	19	**16.244.708**	15.917.882	**18.056.746**	17.637.320
Custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas	20	**(10.092.866)**	(9.986.381)	**(11.635.209)**	(11.445.684)
Lucro bruto		**6.151.842**	5.931.501	**6.421.537**	6.191.636
Despesas comerciais	20	**(2.895.668)**	(2.442.526)	**(2.963.216)**	(2.550.539)
Despesas gerais e administrativas	20	**(892.362)**	(670.161)	**(1.188.746)**	(725.229)
Resultado de equivalência patrimonial	9	**379.446**	460.066	**–**	–
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	20	**16.187**	(64.367)	**50.120**	(29.147)
Lucro antes do resultado financeiro e do imposto de renda e contribuição social		**2.759.445**	3.214.513	**2.319.695**	2.886.721
Receitas financeiras	21	**756.755**	187.384	**1.499.035**	501.702
Despesas financeiras	21	**(1.449.039)**	(3.363.086)	**(1.637.207)**	(3.397.621)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		**2.067.161**	38.811	**2.181.523**	(9.198)
Imposto de renda e contribuição social correntes	22	**(111.684)**	8.312	**(318.220)**	(76.730)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	**56.020**	160.717	**148.194**	293.768
Lucro líquido do exercício		**2.011.497**	207.840	**2.011.497**	207.840
Lucro líquido por ação, em reais		**0,0223**	0,0024	**0,0223**	0,0024

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Lucro líquido do exercício	**2.011.497**	207.840	**2.011.497**	207.840
Outros resultados abrangentes líquidos não reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes:				
Ganho na atualização do plano de benefício	**29.853**	12.155	**29.853**	12.155
Efeito de imposto de renda e contribuição social sobre o ganho na atualização do plano de benefício	**(10.150)**	(4.132)	**(10.150)**	(4.132)
Outros resultados abrangentes, do exercício, líquido de impostos	**19.703**	8.023	**19.703**	8.023
Total dos resultados abrangentes do exercício	**2.031.200**	215.863	**2.031.200**	215.863

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	**2.067.161**	38.811	**2.181.523**	(9.198)
Ajuste para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	**3.163.489**	3.322.572	**3.477.374**	3.679.247
Provisões para variações cambiais	**(688.014)**	2.454.632	**(688.014)**	2.454.632
Provisão para perdas de crédito esperadas	**315.997**	270.751	**323.371**	280.816
Provisão para obsolescência no estoque	**–**	1	**155**	3.286
Baixa de imobilizado e intangível	**27.483**	28.496	**28.880**	35.312
Provisão de juros e atualização monetária	**1.287.068**	671.029	**829.618**	380.119
Provisão para contingências	**423.613**	54.332	**702.270**	138.529
Equivalência patrimonial	**(379.446)**	(460.066)	**–**	–
	6.217.351	6.380.558	**6.855.177**	6.962.743
Atividades operacionais:				
Contas a receber	**(286.052)**	(231.554)	**(333.875)**	(113.657)
Estoques	**744**	11.681	**1.076**	7.115
Tributos a recuperar, líquidos	**99.725**	136.368	**91.445**	142.394
Partes relacionadas	**(485.395)**	187.022	**754.733**	317.998
Depósitos judiciais e bloqueios	**(48.150)**	120.134	**(60.675)**	121.903
Despesas antecipadas	**(122.436)**	(84.194)	**(120.403)**	(90.506)
Fornecedores	**182.907**	(66.709)	**232.076**	(6.378)
Obrigações fiscais, líquidas	**44.476**	(129.091)	**3.826**	(139.037)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	**(158.660)**	(20.460)	**(310.904)**	(91.558)
Receitas diferidas	**3.442**	(2.905)	**4.549**	(8.293)
Provisões	**5.650**	(12.618)	**6.032**	(11.657)
Pagamento de contingências	**(188.981)**	(119.580)	**(221.498)**	(206.949)
Outras obrigações circulantes e não circulantes	**58.591**	88.423	**39.095**	79.362
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**5.323.212**	6.257.075	**6.940.654**	6.963.480
Atividades de investimento:				
Adições para imobilizado e intangível	**(3.288.553)**	(2.775.592)	**(3.447.408)**	(2.933.995)
Aumento de capital em controladas	**–**	(2.207.845)	**–**	–
Financiamentos, debêntures, mútuo concedido	**–**	–	**(1.763.244)**	(2.638.580)
Juros recebidos	**5.526**	691.307	**97.195**	691.694
Financiamentos, debêntures, mútuo recebido	**39.969**	1.584.856	**253.985**	1.585.856
Caixa líquido utilizados nas atividades de investimentos	**(3.243.058)**	(2.707.274)	**(4.859.472)**	(3.295.025)
Atividades de financiamento:				
Mútuos obtidos	**–**	295.546	**–**	–
Mútuo pagos	**(1.181.706)**	(3.241.190)	**(1.181.706)**	(3.241.190)
Juros pagos	**(772.523)**	(541.807)	**(772.523)**	(541.807)
Pagamento de arrendamento	**(82.786)**	(70.797)	**(86.311)**	(75.014)
Caixa líquido utilizados nas atividades de financiamentos	**(2.037.015)**	(3.558.248)	**(2.040.540)**	(3.858.011)
Aumento (redução) no caixa e equivalente de caixa	**43.139**	(8.447)	**40.642**	(189.556)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**4.733**	13.180	**124.786**	314.342
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**47.872**	4.733	**165.428**	124.786

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Claro NXT Telecomunicações S.A., (“Companhia” ou “Claro NXT”), foi constituída em 17 de setembro de 1991, e é sediada na Cidade e no Estado de São Paulo, onde atua na prestação de serviço de telecomunicações, especialmente na modalidade de Serviço de Acesso Condicionado - SeAC (TV por Assinatura) e de Serviço de Comunicação Multimídia - SCM, bem como serviços de outras naturezas tais como instalação e manutenção de equipamentos, Serviços de Valor Adicionado - SVA, locação e comercialização de bens.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia é controlada pela Claro S.A. (“Claro”), detentora de 68,08% do capital social total. A Companhia tem como controlador indireto final a América Móvil S.A.B. de C.V. (“América Móvil”), sociedade organizada e existente de acordo com as leis do México.

A Companhia detém controle direto ou indireto, principalmente, das controladas indicadas a seguir, cujas principais atividades respectivamente desempenhadas destacam-se na sequência:

• Embratel Tvsat Telecomunicações S.A. (“Tvsat”): Prestação de serviços de telecomunicações na modalidade de Serviços de Acesso Condicionado - SeAC, no segmento de TV por assinatura via satélite (*Direct To Home* - DTH), além de outros serviços como provimento de capacidade satelital, Serviços de Valor Adicionado - SVA, serviço de instalação e manutenção de equipamentos, dentre outras atividades correlatas;

• Reyc Comércio e Participações Ltda. (“Reyc”): Importação comércio de equipamentos e outras atividades correlatas; e

• Telmex do Brasil S.A. (“TdB”): Prestação serviços de telecomunicações na modalidade Serviço de Comunicação Multimídia - SCM, na prestação serviços de instalação e manutenção, locação e comercialização de bens.

Autorizações em telecomunicações:

Segue resumo das licenças para prestação de serviços de telecomunicações detidas pela Companhia e suas controladas:

Companhia	Licença
Claro NXT	Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) Serviço de Acesso Condicionado (SeAC)
Tvsat	Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) Serviço de Acesso Condicionado (SeAC)
TdB	Serviço de Comunicação Multimídia (SCM)

Direitos de exploração de satélite:

Abaixo as autorizações vinculadas aos direitos de exploração de satélite:

Tipo	Número	Posição orbital e Banda	Data de emissão	Vencimento
Posição Orbital	PVSS/SPV 001/2003	65ºW - Banda Ku	25/02/03	06/03/33
Posição Orbital	Ato nº 16035 de 22/11/2022	70ºW - Banda Ku	24/11/22	13/11/33
Posição Orbital	Ato nº 16036 de 22/11/2022	70ºW - Banda Ku e X	24/11/22	13/11/33
Posição Orbital	Ato nº 16384 de 03/11/2025	65ºW - Banda C e X	05/11/25	31/12/32
Posição Orbital	Ato nº 16386 de 03/11/2025	70ºW - Banda C	05/11/25	31/12/40
Posição Orbital	Ato nº 16387 de 03/11/2025	84ºW - Banda C	05/11/25	31/12/40
Posição Orbital	Ato nº 2566 de 15/02/2022	75ºW - Banda C e Ku	03/03/22	30/04/29
Posição Orbital	PVSS/SPV 076/2012	84ºW - Banda Ka e Ku	02/02/12	06/02/27
Posição Orbital	PVSS/SPV 156/2012	70ºW - Banda Ka e Ku (Planejada)	22/03/12	28/03/27

2. BASES DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES S FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas em conformidade com as Normas Contábeis Internacionais (“IFRS *Accounting Standards*”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Como não há diferenças entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as *IFRS Accounting Standards* e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as *IFRS Accounting Standards* e as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

b) Bases de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estim

Com a Claro, você se conecta + com o que ama.
Eu ó o novo

CLARO NXT TELECOMUNICAÇÕES S.A.

CNPJ: 66.970.229/0001-67

Claro

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

o valor contabilizado pelo adquirente, em outros resultados abrangentes, deve ser reconhecido nas mesmas bases que seriam exigidas, caso o adquirente tivesse alienado sua participação anterior na adquirida (ou seja, deve ser reclassificado para a demonstração do resultado do período).
A Companhia usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma empresa é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia.
Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.
Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com a IFRS 9/ CPC 48 na demonstração do resultado.
Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.
Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a essas unidades.
Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. Novos pronunciamentos contábeis

Os pronunciamentos abaixo foram emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis ("CPC") e pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), adotados pela primeira vez em 1º de janeiro de 2025 e não causaram impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

Normas e Emendas a Normas	Alterações
CPC 18 (R3): Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nasDemonstrações Contábeis Separadas.
IAS 21 correlato ao CPC 02 (R2): Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	Esta mudança específica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade disponível no mercado.

Alterações no IAS 12 correlato ao CPC 32: Tributos sobre o lucro
Em 23 de maio de 2023, o IASB emitiu a Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois - Alterações à IAS 12 (equivalente ao CPC 32), que esclarecem que a IAS 12 (CPC 32) se aplica aos impostos sobre a renda decorrentes de legislações tributárias promulgadas ou substancialmente promulgadas para implementar as regras modelo do Pilar Dois publicadas pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico).
Em 30 de dezembro de 2024, por meio da Lei 15.079/20w24, o Brasil introduziu o processo de adaptação das Regras Globais contra a Erosão da Base Tributária - *GloBE (Global Anti-Base Erosion Rules*), conceitos do Pillar 2 estabelecidos pela OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), que determina a tributação mínima global da renda, instituindo o adicional de CSLL.
A Companhia realizou as análises dos eventuais impactos relacionados às alterações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e concluiu que não há necessidade de recolhimento do adicional, uma vez que atende aos limites previstos na norma e na legislação tributária pertinentes ao Pilar 2.
Novos pronunciamentos revisados, emitidos e ainda não aplicáveis
Na data de elaboração destas demonstrações financeiras, as seguintes emissões e alterações emitidas pelo CPC e IASB tinham sido publicadas, porém não eram de aplicação obrigatória:

Normas e Emendas a Normas	Alterações	Vigências
Alterações ao IFRS 9 e ao IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	- Esclarecem a aplicação dos requisitos de "uso próprio" para os contratos abrangidos. - Alteram os requisitos de designação de um item objeto de hedge em uma relação de hedge de fluxo de caixa para os contratos abrangidos. - Adicionam novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores compreendam o efeito desses contratos sobre o desempenho financeiro e os fluxos de caixa.	1° de janeiro de 2026
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros, reforçando consistência e comparabilidade.	1° de janeiro de 2026
Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS - Volume 11	Alterações à IFRS 1 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IFRS 10 Demonstrações Consolidadas e IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa.	1° de janeiro de 2026
IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	Substitui a IAS 1, incorporando diversas exigências anteriormente existentes e introduzindo novos requisitos, alguns parágrafos da IAS 1 foram transferidos para a IAS 8 e IFRS 7. O IASB, também implementou pequenas alterações na IAS 7 e IAS 33 - Lucro por Ação.	1° de janeiro de 2027
IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos, mantendo a aplicação integral dos critérios de reconhecimento, mensuração e apresentação previstas nas IFRS.	1° de janeiro de 2027

A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento, interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória.
A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas. Os diretores da Companhia esperam que a aplicação dessas alterações não tenha um impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas no futuro, exceto pelo IFRS 18, cujos efeitos esperados estão relacionados exclusivamente à forma de apresentação e à transparência das informações, sem impacto no lucro líquido ou no patrimônio. Sua adoção demandará ajustes nas notas explicativas e adequação às novas categorias de classificação.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem ao caixa (isto é, caixa disponível e depósitos à vista) e equivalentes de caixa. Equivalentes de caixa correspondem a aplicações financeiras (geralmente com vencimento original de três meses ou menos), de liquidez imediata, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Equivalentes de caixa são mantidos para atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para fins de investimento ou outros fins, vide Notas 4 e 21.
Para fins da demonstração do fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem todos os valores que atendem a definição acima.

3.3. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração
Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados nas seguintes categorias de mensuração: (i) a custo amortizado; (ii) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes e; (iii) a valor justo por meio de resultado.
A classificação dos ativos financeiros depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios no qual é gerenciado.
Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e partes relacionadas.
Mensuração subsequente
A mensuração subsequente dos ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:
Ativos financeiros ao custo amortizado
Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e valor recuperável são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda na baixa é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes
Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros são calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e valor recuperável são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes. No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado.
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado
Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio de resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente a valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação assim quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.
Desreconhecimento
Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:
• Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; ou
• Ocorrer a transferência dos direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou a assunção da obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse; e (i) ocorrer a transferência substancial de todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) não ocorrer a transferência nem a retenção substancial de todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

b) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os ativos financeiros não detidos pelo valor justo por meio do resultado, aos quais devem ser aplicados os requisitos de redução ao valor recuperável. O valor das perdas de crédito esperadas é atualizado em cada data de relatório para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respectivo ativo.
As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

c) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração
No reconhecimento inicial, os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias de mensuração: (i) passivo financeiro a valor justo por meio de resultado e (ii) outros passivos financeiros.
Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.
Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: fornecedores, mútuos e passivos com partes relacionadas.
Mensuração subsequente
A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, conforme descrito abaixo:
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado
Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio de resultados.
Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo.
Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos que não satisfazem os critérios de contabilização de *hedge* definidos pelo CPC 48. Derivativos, incluídos os derivativos embutidos que não são relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* efetivos.
Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.
Passivos financeiros a custo amortizado
Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo da amortização da taxa de juros efetiva.
Desreconhecimento
Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirada.
Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo montante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis é reconhecida na demonstração dos resultados.

d) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.4. Contas a receber, líquidas

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado e avaliadas pelo valor dos serviços prestados de acordo com as condições contratadas menos as perdas de crédito esperadas. As contas de clientes dos serviços são registradas pelo valor da tarifa na data da prestação do serviço. Incluem também serviços prestados e não faturados até as datas dos balanços, vide Nota 5.

3.5. Transações denominadas em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento das demonstrações financeiras. Os ganhos e perdas cambiais são registrados no resultado sob a rubrica resultado financeiro quando incorridos, vide Nota 21.

3.6. Estoques

Estão registrados pelo custo médio de aquisição, não excedendo o valor líquido de realização. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração, vide Nota 6.

3.7. Investimentos

Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa e que não se configura como uma controlada nem uma participação em uma joint venture. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas.
Os investimentos da Companhia em suas coligadas foram contabilizados inicialmente ao custo e são atualizados com base no método da equivalência patrimonial.
Os valores contábeis dos investimentos são ajustados para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia nos patrimônios líquidos das coligadas a partir da data de aquisição.
O ágio fundamentado em rentabilidade futura (*goodwill*) relativo a uma coligada e/ou controlada (quando aplicável) está incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado e nem testado separadamente em relação ao seu valor recuperável.
As mais/menos valias apuradas pela diferença entre o custo do investimento e a parte do investidor no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida são amortizados de acordo com a vida útil dos itens pelos quais foram gerados.
Em cada data de fechamento do balanço patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento após a aplicação do método da equivalência patrimonial. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

3.8. Imobilizado

Ativos imobilizados são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma reforma relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.
Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um período de tempo superior a 12 meses para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.
A depreciação dos itens do imobilizado está sendo calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens revisada anualmente ao final de cada exercício, vide Nota 10.
Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de depreciação conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.
Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante de baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.
O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e, ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

3.9. Arrendamento mercantil

A Companhia e suas controladas avaliam na data do início dos contratos, se esses contratos são ou contêm arrendamentos, se eles transmitem o direito de controlar o uso de ativo identificado, por um prazo estipulado, em troca de uma contraprestação definida.
No início de um contrato de arrendamento, as empresas arrendatárias reconhecem um passivo de arrendamento referente às contraprestações a serem transferidas, assim como é reconhecido um ativo de direito de uso, que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo do arrendamento. Não são reconhecidos ativos e passivos para os contratos com prazos que não ultrapassam 12 meses, e para os casos de arrendamento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. A Companhia possui arrendamento de determinados equipamentos de escritório que são considerados de baixo valor.
Ativos de direito de uso
A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos são subsequentemente mensurados ao custo, deduzidos da depreciação acumulada, das perdas por redução ao valor recuperável e ajustadas por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.
O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente durante o período de arrendamento e a vida útil do ativo de direito de uso, qual for o menor.
Se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo do ativo de direito de uso refletir o exercício de uma opção de compra, o correspondente ativo de direito de uso é depreciado durante a vida útil do correspondente ativo. A depreciação começa na data de início do arrendamento.
Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.
Passivo de arrendamento
O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento.
Os pagamentos de arrendamento considerados na mensuração do passivo de arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou uma taxa, o valor estimado devido pelo arrendatário em garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra, se o arrendatário tiver certeza razoável do exercício da opção; e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o exercício da opção para rescindir o arrendamento.
Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.
Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.
PIS e COFINS sobre contratos de arrendamento
A Companhia reconhece o passivo de arrendamento pelo seu valor integral, ajustado ao valor presente, sem a redução do saldo pelos tributos PIS e COFINS.

3.10. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas de valor recuperável, quando aplicável.
É representado substancialmente por direitos de uso de *software* adquiridos de terceiros, direito de uso de circuitos e de passagem (que estão sendo amortizados pelo prazo de vigência dos contratos), cuja composição está demonstrada na Nota 11.
A vida útil do ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.
Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.
Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.
Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

3.11. Provisão para recuperação de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.
O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido de despesa de venda.
Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a empresa em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.
Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:
a) Ágio: o teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é efetuado anualmente na data do encerramento do exercício ou antes disso quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.
Quando o valor recuperável é menor do que seu valor contábil, uma perda de valor recuperável é reconhecida. As perdas de valor recuperável relativas ao ágio não podem ser revertidas em exercícios futuros.
b) Valor recuperável de ativos que não sejam ágio: os ativos intangíveis (exceto o ágio) com vida útil definida e imobilizado são testados para redução do valor recuperável sempre que há uma indicação de que seu valor recuperável pode ser menor que seu valor contábil. A avaliação é realizada individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.
O valor recuperável é definido como o maior entre o valor em uso e o valor justo menos os custos de alienação.
Avaliação da recuperação do valor contábil
A Companhia e suas controladas avaliaram a recuperação do valor contábil dos ativos tangíveis e intangíveis com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração.
O processo de estimativa do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros e taxa de desconto. As premissas sobre o fluxo de caixa futuro são baseadas no pronunciamento do CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos, bem como em dados de mercado comparáveis e representam, com base nos conceitos definidos no pronunciamento técnico acima, a melhor estimativa da Administração das condições econômicas que existirão durante a vida útil econômica do conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa.

3.12. Tributação

Tributos correntes
Ativos e passivos tributários do exercício corrente e de exercícios anteriores são mensurados ao valor que se espera recuperar ou pagar às autoridades tributárias. As alíquotas e a legislação tributária utilizadas no cálculo dos mencionados montantes são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do encerramento do exercício. No balanço patrimonial os tributos correntes são apresentados líquidos dos valores recolhidos por antecipação ao longo do exercício.
Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.
Tributos diferidos
O valor dos tributos diferidos é gerado por diferenças temporárias na data do encerramento do exercício entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social.
Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível, inclusive com base em estratégias de planejamentos estratégicos, societário e tributário, para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto: (i) quando o tributo diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.
O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do encerramento do exercício e baixado na extensão em que não seja mais provável que lucros tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Tributos diferidos ativos baixados são revisados a cada data de encerramento do exercício e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitam que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.
Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: (i) quando o tributo diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.
Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota de tributo que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo seja realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas do imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do encerramento do exercício.
Os ativos e passivos fiscais diferidos não são descontados a valor presente e são classificados no balanço patrimonial como não circulantes, independentemente da expectativa de realização.
Os efeitos fiscais de itens registrados diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos igualmente no patrimônio líquido. Itens de tributo diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.
Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.
Tributos sobre vendas e prestação de serviços
A Companhia e suas controladas estão sujeitas, quando aplicável, aos seguintes tributos:
• PIS - Programa de Integração Social
• COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social
• ISS - Imposto sobre Serviços
• ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. Esses tributos são apresentados como deduções das receitas de serviços e vendas na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado.

3.13. Participação de empregados no resultado

A Companhia e suas controladas constituíram provisão para participação de empregados nos resultados, a qual é calculada com base em metas de performance estabelecidas de acordo com o planejamento anual.

3.14. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia e seu valor de custo ou valor puder ser mensurado com segurança.
Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco e do valor envolvido.
Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.15. Ajuste ao valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente. Os de curto prazo são também ajustados quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas são determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

3.16. Reconhecimento de receita

A Companhia e suas controladas prestam serviços de telecomunicações, especialmente na modalidade de Serviço de Acesso Condicionado - SeAC (TV por Assinatura) e de Serviço de Comunicação Multimídia - SCM, bem como serviços de outras naturezas tais como instalação e manutenção de equipamentos, Serviços de Valor Adicionado - SVA, locação e comercialização de bens. A Companhia e suas controladas reconhecem as receitas quando, ou à medida que, seja satisfeita a obrigação de desempenho ao transferir o bem ou o serviço prometido ao cliente; sendo o ativo considerado transferido quando ou à medida que o cliente obtiver o controle desse ativo.
As receitas de serviços são reconhecidas quando os serviços são prestados, incluindo faturados e não faturados. As receitas de serviço compõem-se principalmente de assinaturas, utilização dos serviços e utilização da rede. Os faturamentos são processados mensalmente, de acordo com os ciclos de cobrança acordados com os clientes ao longo do mês.

3.17. Subvenção e assistência governamentais

A Companhia e sua controlada Tvsat mantêm registrada em reserva de incentivos fiscais benefícios decorrentes de subvenções e assistências governamentais que, em exercícios anteriores, resultaram na redução das bases de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

3.18. Resultado financeiro

Representa juros e variações cambiais e monetárias sobre aplicações financeiras, debêntures e outros ativos e passivos sujeitos a atualização, os quais são reconhecidos pelo regime de competência. Adicionalmente, compreendem despesas e fianças bancárias, bem como despesas com PIS e COFINS (ambos calculados sobre receitas de multas e juros sobre capital próprio ativos, quando aplicável).

3.19. Mensuração do valor justo

A Companhia e suas controladas mensuram os instrumentos financeiros pelo valor justo na data de cada balanço.
O valor justo é o preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A mensuração do valor justo baseia-se na presunção de que a operação de vender o ativo ou transferir a responsabilidade ocorrerá:
• No principal mercado para o ativo ou passivo; e
• Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo. O principal ou o mais vantajoso mercado deve ser acessível pela Companhia e por suas controladas.
O valor justo de um ativo ou um passivo é mensurado usando as premissas que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado ajam no seu melhor interesse econômico.
A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade de um participante do mercado de gerar benefícios econômicos usando o ativo no seu maior e melhor uso ou vendendo-o para outro participante do mercado que iria usar o ativo em seu maior e melhor uso.
A Companhia e suas controladas usam técnicas de avaliação que são apropriados nas circunstâncias e para os quais estão disponíveis para mensurar o valor justo de dados suficientes, maximizando a utilização de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.
Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo é mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são categorizados dentro da hierarquia do valor justo, como segue, com base na entrada de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo como um todo:
• Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
• Nível 2 - técnicas de avaliação para o qual a entrada de nível mais ba

Com a Claro, você se conecta + com o que ama.
Eu ó o novo
Claro

CLARO NXT TELECOMUNICAÇÕES S.A.

CNPJ: 66.970.229/0001-67

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de perpetuidade. Para mais detalhes, vide Nota 10.

Tributos diferidos

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a incertezas inerentes à interpretação de regulamentos tributários complexos, bem como à determinação do valor e do momento de realização de resultados tributáveis futuros. Diante disso, são constituídas provisões com base em estimativas para refletir eventuais impactos decorrentes de entendimentos divergentes por parte das autoridades fiscais.

A mensuração dessas provisões considera diversos fatores, incluindo a experiência obtida em auditorias fiscais anteriores e possíveis diferenças de interpretação entre a Companhia e o fisco. Tais divergências podem ocorrer em uma ampla gama de temas, dependendo das particularidades e das práticas fiscais vigentes nas jurisdições em que a Companhia e suas controladas operam.

Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias futuras de planejamento fiscal. Para mais detalhes, vide Nota 7.2

Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributárias, trabalhistas e regulatórias avaliadas como perda provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A determinação do montante da provisão está baseada na melhor estimativa do desembolso que será necessário para liquidar a obrigação correspondente, tomando em consideração toda a informação disponível na data de encerramento. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

Os fundamentos e as naturezas das provisões estão descritos na Nota 14.

Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego

O custo de benefício definido e o valor presente da obrigação de planos de aposentadoria com benefício definido, com contribuição variável e de benefícios de assistência médica pós-emprego são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre taxas de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade, aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e crescimento de custos médicos. A obrigação de cada um dos planos é sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

Ao determinar a taxa de desconto adequada, a Administração considera as taxas de títulos públicos representados por papéis Notas do Tesouro Nacional série B ("NTN-B") com vencimento correspondente à duração da obrigação atuarial do benefício definido de cada plano. A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade usualmente adotadas no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria se baseiam na política de recursos humanos da organização considerando o perfil dos participantes envolvidos e nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. Crescimento dos custos médicos corresponde a uma curva decrescente que parte da expectativa de curto prazo de aumento dessas despesas com redução gradual até a expectativa de longo prazo. Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas, vide Nota 16.

Receitas não faturadas

No processo de reconhecimento de receita ao final de cada período se considera determinados cálculos para mensuração da receita incorrida e ainda não faturada. Estas receitas são registradas com base em estimativa, que leva em consideração dados de consumo, número de dias transcorridos desde a última data de faturamento, entre outros. Além disso, há complexidade no processo utilizado pela gestão para estimar as receitas reconhecidas, prestadas e ainda não faturadas, dada a diversidade de fontes de dados, fluxos de receitas e o número de sistemas envolvidos

Provisão para perdas de crédito esperadas

A provisão para perdas de crédito esperadas foi reconhecida como redução das contas a receber com base em análise da natureza das contas a receber envolvidas, considerando o vencimento dos valores a receber, cenário econômico e riscos envolvidos em cada situação cujo montante é considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas e considera principalmente a inadimplência esperada.

A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e bancos	**44.333**	4.344	**86.632**	21.359
Equivalentes de caixa (1)	**3.539**	389	**78.796**	103.427
	47.872	4.733	**165.428**	124.786

(1) Inclui valores com partes relacionadas no montante de R$5.684 para o consolidado, com taxa média de 14,68% a.a. (R$30.387 para o consolidado em 31 de dezembro de 2024, com taxa média de 11,97% a.a.).

Caixa compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis.

Equivalentes de caixa compreendem aplicações financeiras que são de liquidez imediata, sem carência, são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as aplicações financeiras referem-se principalmente, a Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs"), contratados junto a entidades financeiras de primeira linha, com liquidez imediata e referenciados a Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") com taxa média de 14,91% a.a. (12,18% a.a. em 31 de dezembro de 2024).

5. CONTAS A RECEBER, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Contas a receber	**537.115**	558.715	**837.354**	823.624
Provisão para perdas de crédito esperadas	**(250.898)**	(242.553)	**(277.417)**	(274.191)
	286.217	316.162	**559.937**	549.433

A seguir apresentamos os montantes a receber de clientes, por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
A vencer	**455.129**	79.108	**638.149**	232.540
Vencidas:				
De 1 a 30 dias	**1.136**	366.616	**21.317**	381.759
De 31 a 60 dias	**1.277**	7.484	**9.874**	14.655
De 61 a 90 dias	**1.220**	4.798	**7.322**	9.797
Mais de 90 dias	**186.738**	185.814	**214.646**	213.237
	645.500	643.820	**891.308**	851.988
Contas a receber - Partes relacionadas (*)	**(108.385)**	(85.105)	**(53.954)**	(28.364)
	537.115	558.715	**837.354**	823.624

(*) Valor com as partes relacionadas Claro e Tvsat, vide Nota 15.

A movimentação do saldo de provisão para perdas de crédito esperadas é como se segue:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo Inicial	**242.553**	258.333	**274.191**	293.477
Provisão constituída	**267.959**	205.530	**280.299**	223.698
Baixa de provisão	**(259.614)**	(221.310)	**(277.073)**	(242.984)
Saldo Final	**250.898**	242.553	**277.417**	274.191

6. ESTOQUES

	Consolidado	
	2025	2024
Materiais para manutenção de rede e assistência técnica	**65.734**	67.121
Outros	**10**	9
	65.744	67.130
Provisão para perdas em estoques	**–**	(155)
	65.744	66.975

A movimentação da provisão para perdas em estoques é como segue:

	Consolidado	
	2025	2024
Saldo inicial	**155**	3.439
Provisão constituída	**–**	1
Baixas	**(155)**	(3.285)
Saldo final	**–**	155

A provisão para perda em estoques é constituída com base nos itens em estoque com baixa movimentação, considerados de difícil realização.

7. TRIBUTOS A RECUPERAR E DIFERIDOS, LÍQUIDOS

7.1 Tributos a recuperar, líquidos

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
ICMS a recuperar[1]	**272.093**	291.900	**324.834**	341.974
Imposto de renda retido na fonte	**326**	311	**12.322**	10.307
IRPJ/CSLL	**63.108**	127.690	**65.702**	127.690
Outros	**1.584**	16.935	**2.704**	17.036
	337.111	436.836	**405.562**	497.007
Circulante	**65.018**	144.852	**109.664**	183.080
Não circulante	**272.093**	291.984	**295.898**	313.927

[1]Os créditos referentes à ICMS são oriundos, principalmente de aquisições de bens do ativo imobilizado, lançados no livro CIAP - Controle de Crédito de ICMS do Ativo Permanente e compensáveis à razão de um quarenta e oito avos por mês, ICMS substituição tributária a ser ressarcido após sua homologação por meio de requerimento específico junto às Fazendas Estaduais, ICMS a recuperar sobre cancelamento de faturas em disputa com clientes. Em junho de 2021 a Companhia recebeu por meio de cisão parcial da Claro do negócio fixo residencial, os créditos de ICMS da mesma natureza, no montante de R$564.771.

7.2 Tributos diferidos, líquidos

O ativo fiscal diferido, líquido do passivo fiscal diferido, de imposto de renda e contribuição social, calculado sobre o prejuízo fiscal, bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido e sobre as diferenças temporárias ativas e passivas foi reconhecido contabilmente pelas controladas, quando aplicável, considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, de acordo com o estabelecido no CPC 32.

A Companhia e suas controladas têm créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias. Devido ao fato de serem imprescritíveis, não há data limite para a utilização dos prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. A compensação dos prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, limitados por lei a 30% do resultado tributável do exercício, implica em aumento no prazo de recuperação dos créditos tributários.

Os créditos tributários diferidos apresentados no consolidado foram constituídos no pressuposto de sua provável realização futura.

A Companhia estima que seguirá mantendo o ritmo de crescimento dos negócios a partir da estratégia de investimento visando o crescimento do mercado de dados, móvel e valor adicionado, combinado com ofertas de maior valor agregado gerando disponibilidade de lucro tributável suficiente para compensação futura dos créditos fiscais.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários são revisadas, no mínimo, anualmente e estão suportadas por projeções de lucros tributáveis, levando em consideração diversas premissas financeiras, societárias, estratégicas e de negócios, considerados no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Os estudos técnicos realizados para suportar a manutenção dos valores contabilizados, confirmam a capacidade provável de geração de lucros tributáveis e a plena realização destes ativos. Tais estudos correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados da Companhia. Nesse sentido, e devido à própria natureza das projeções financeiras e às incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual a Companhia está inserida, poderá haver diferenças entre os resultados estimados e os reais.

Os principais componentes do ativo fiscal diferido, líquido estão demonstrados a seguir:

	Controladora					
	2025			2024		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Ativo fiscal diferido						
Prejuízos fiscais (1)	**2.584.128**	**930.286**	**3.514.414**	2.232.060	803.541	3.035.601
Provisão para perdas de crédito esperadas	**63.750**	**22.950**	**86.700**	61.634	22.188	83.822
Provisão para contingências	**259.248**	**93.329**	**352.577**	174.627	62.866	237.493
Tributos com exigibilidade suspensa	**30.537**	**10.993**	**41.530**	–	–	–
Efeitos do IFRS16/ CPC 06 (R2)	**1.610**	**580**	**2.190**	732	264	996
Efeitos do IFRS15/ CPC 47	**–**	**–**	**–**	14.123	5.084	19.207
Ativo atuarial	**8.593**	**3.093**	**11.686**	17.936	6.457	24.393
Outras diferenças temporárias	**77.804**	**28.009**	**105.813**	89.987	32.395	122.382
	3.025.670	**1.089.240**	**4.114.910**	2.591.099	932.795	3.523.894
Passivo fiscal diferido						
Efeitos de IFRS 15/CPC 47	**(367.357)**	**(132.249)**	**(499.606)**	(356.078)	(128.188)	(484.266)
Depreciação acelerada[2]	**(244.430)**	**(87.995)**	**(332.425)**	–	–	–
Inovação Tecnológica[3]	**(12.823)**	**(4.616)**	**(17.439)**	(11.816)	(4.254)	(16.070)
Variação cambial regime de caixa[4]	**(144.207)**	**(51.914)**	**(196.121)**	–	–	–
Outras diferenças temporárias	**(43)**	**(17)**	**(60)**	(124)	(46)	(170)
	(768.860)	**(276.791)**	**(1.045.651)**	(368.018)	(132.488)	(500.506)
Ativo fiscal diferido, líquido	**2.256.810**	**812.449**	**3.069.259**	2.223.081	800.307	3.023.388

[1]Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia registrou um ativo fiscal diferido decorrente de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social, fundamentada em estudo técnico de viabilidade mostrando provável realização futura de créditos fiscais, no montante de R$524.272 (R$8.938 em 31 dezembro de 2024).

[2]A partir do terceiro trimestre de 2025, a Companhia passou a excluir da base de cálculo do IRPJ e da CSLL a parcela correspondente à aceleração da depreciação de bens móveis do ativo imobilizado, quando utilizados de forma contínua em três turnos diários. Essa exclusão está respaldada por laudo técnico pericial, conforme previsto no artigo 323 do RIR/2018, com impacto de R$332.425 no período.

[3]Desde 2019, a Companhia utiliza o benefício da Lei do Bem instituído pela Lei nº 11.196/05, que permite a dedução diretamente na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social, parcial e/ou total dos gastos com pesquisa e inovação tecnológica, observadas as regras estabelecidas na referida lei. Tal benefício é declarado quando na entrega da ECF ("Escrituração Contábil Fiscal") que ocorre no ano subsequente.

[4]Em 2025 a Companhia passou a tributar os efeitos da variação cambial decorrente de operações em moeda estrangeira pelo regime de caixa.

	Consolidado					
	2025			2024		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Ativo fiscal diferido						
Prejuízos fiscais (1)	**2.844.045**	**1.025.556**	**3.869.601**	2.517.166	907.832	3.424.998
Provisão para perdas de crédito esperadas	**70.379**	**25.337**	**95.716**	69.544	25.036	94.580
Provisão para contingências	**389.430**	**140.195**	**529.625**	202.753	72.991	275.744
Efeitos do IFRS16/ CPC 06 (R2)	**1.777**	**640**	**2.417**	914	329	1.243
Efeitos do IFRS15/ CPC 47	**–**	**–**	**–**	14.123	5.084	19.207
Ativo atuarial	**8.588**	**3.092**	**11.680**	17.937	6.457	24.394
Tributos com exigibilidade suspensa	**30.566**	**11.004**	**41.570**	829	298	1.127
Outras diferenças temporárias	**104.640**	**37.670**	**142.310**	125.056	45.020	170.076
	3.449.425	**1.243.494**	**4.692.919**	2.948.322	1.063.047	4.011.369
Passivo fiscal diferido						
Efeitos do IFRS15/ CPC 47	**(371.815)**	**(133.854)**	**(505.669)**	(361.736)	(130.225)	(491.961)
Depreciação acelerada[2]	**(244.430)**	**(87.995)**	**(332.425)**	–	–	–
Inovação Tecnológica[3]	**(12.823)**	**(4.616)**	**(17.439)**	(11.816)	(4.254)	(16.070)
Variação cambial regime de caixa[4]	**(144.207)**	**(51.914)**	**(196.121)**	–	–	–
Outras diferenças temporárias	**(43)**	**(17)**	**(60)**	(129)	(48)	(177)
	(773.318)	**(278.396)**	**(1.051.714)**	(373.681)	(134.527)	(508.208)
Ativo fiscal diferido, líquido	**2.676.107**	**965.098**	**3.641.205**	2.574.641	928.520	3.503.161

[1]A Companhia e sua controlada Tvsat registraram um ativo fiscal diferido de imposto de renda sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, fundamentado em estudo técnico com teste de recuperabilidade destes ativos, no montante de R$577.112 em 31 de dezembro de 2025 (R$196.992 em 31 de dezembro de 2024).

[2]A partir do terceiro trimestre de 2025, a Companhia passou a excluir da base de cálculo do IRPJ e da CSLL a parcela correspondente à aceleração da depreciação de bens móveis do ativo imobilizado, quando utilizados de forma contínua em três turnos diários. Essa exclusão está respaldada por laudo técnico pericial, conforme previsto no artigo 323 do RIR/2018, com impacto de R$332.425 no período.

[3]Desde 2019, a Companhia utiliza o benefício da Lei do Bem instituído pela Lei nº 11.196/05, que permite a dedução diretamente na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social, parcial e/ou total dos gastos com pesquisa e inovação tecnológica, observadas as regras estabelecidas na referida lei. Tal benefício é declarado quando na entrega da ECF ("Escrituração Contábil Fiscal") que ocorre no ano subsequente.

[4]Em 2025 a Companhia passou a tributar os efeitos da variação cambial decorrente de operações em moeda estrangeira pelo regime de caixa.

Seguem abaixo as movimentações do imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos:

	Controladora		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**2.107.945**	**758.859**	**2.866.804**
Reconhecimento de tributos diferidos[1]	6.572	2.366	8.938
Movimentações líquidas[2]	108.563	39.083	147.646
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**2.223.080**	**800.308**	**3.023.388**
Reconhecimento de tributos diferidos[1]	**385.494**	**138.778**	**524.272**
Movimentações líquidas[2]	**(351.764)**	**(126.637)**	**(478.401)**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**2.256.810**	**812.449**	**3.069.259**

[1]Em 31 dezembro de 2025 a Companhia registrou um ativo fiscal diferido de imposto de renda sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, no montante de R$524.272 (R$8.938 em 31 dezembro de 2024).

[2]Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia registrou no patrimônio líquido o efeito de realização de imposto de renda e contribuição social na atualização do plano de benefício pós emprego no montante de R$10.149 (R$4.132 em 31 de dezembro de 2024).

	Consolidado		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**2.361.671**	**851.855**	**3.213.526**
Reconhecimento de tributos diferidos[1]	144.847	52.145	196.992
Movimentações líquidas[2]	68.122	24.521	92.643
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**2.574.640**	**928.521**	**3.503.161**
Reconhecimento de tributos diferidos[1]	**424.347**	**152.765**	**577.112**
Movimentações líquidas[2]	**(322.880)**	**(116.188)**	**(439.068)**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**2.676.107**	**965.098**	**3.641.205**

[1] Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia e a controlada Tvsat registraram um ativo fiscal diferido de imposto de renda sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, no montante de R$577.112 (R$ 196.992 em 31 de dezembro de 2024), fundamentado em estudo técnico com teste de recuperabilidade destes ativos.

[2]Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia registrou no patrimônio líquido o efeito de realização de imposto de renda e contribuição social na atualização do plano de benefício pós emprego no montante de R$10.150 (R$4.132 em 31 de dezembro de 2024).

A tabela abaixo apresenta o cronograma previsto para realização total dos ativos fiscais diferidos registrados:

Ano	Controladora (*)	Consolidado (*)
2026	**464.292**	**554.146**
2027	**289.783**	**344.836**
2028	**304.945**	**351.982**
2029	**304.139**	**341.321**
2030	**356.476**	**495.939**
2031	**392.606**	**445.182**
2032	**424.578**	**465.726**
2033 a 2035	**1.578.091**	**1.693.787**
	4.114.910	**4.692.919**

(*)Corresponde ao total do ativo fiscal diferido, sem incluir o valor dos passivos fiscais diferidos, que é apresentado líquido no balanço patrimonial.

8. DESPESAS ANTECIPADAS

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Custos incrementais para obtenção de contratos com clientes[1]	**1.477.446**	1.379.386	**1.495.606**	1.402.487
Seguro	**20.982**	15.867	**22.988**	18.794
Outras despesas antecipadas	**37.710**	18.449	**58.720**	35.630
	1.536.138	1.413.702	**1.577.314**	1.456.911
Circulante	**532.732**	519.476	**553.924**	534.818
Não circulante	**1.003.406**	894.226	**1.023.390**	922.093

[1]Substancialmente representado pelos custos incrementais relacionados com comissões de vendas pagas para obtenção de contratos com clientes decorrentes do IFRS 15/CPC 47, aos quais são diferidos ao resultado em conformidade com o prazo do contrato.

9. INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os detalhes das controladas diretas e indiretas, são como se seguem:

	2025		Quantidade total de ações/quotas (lotes de mil)		% de participação	
Empresas	Lucro líquido do exercício	Patrimônio líquido	Ordinárias/ quotas	Preferenciais	Total	Capital votante
Tvsat[1]	**76.781**	**2.174.736**	**9.866.668**	**5.961.702**	**100,00%**	**100,00%**
TdB	**283.877**	**7.701.533**	**1.367.963**	**79.066**	**100,00%**	**100,00%**
Reyc	**12.354**	**199.177**	**5.283**	**–**	**100,00%**	**100,00%**

	2024		Quantidade total de ações/quotas (lotes de mil)		% de participação	
Empresa	Lucro líquido do exercício	Patrimônio líquido	Ordinárias/ quotas	Preferenciais	Total	Capital votante
Tvsat[1]	323.589	3.953.717	9.866.668	5.961.702	68,40%	80,12%
TdB	232.503	4.869.231	838.086	79.066	100,00%	100,00%
Reyc	6.240	186.824	5.283	–	100,00%	100,00%

[1]Conforme descrito na Nota 2, em 01 de julho de 2025, a Tvsat passou a ser controlada indireta da Companhia e controlada direta da TdB, uma vez que esta passou a deter 100% da participação societária da Tvsat.

Na controladora, a movimentação dos saldos está demonstrada a seguir:

	Investimentos			
	Tvsat	TdB*	Reyc	Total
Saldo em 31 de dezembro 2023	**2.483.052**	**2.516.615**	**180.584**	**5.180.251**
Resultado de equivalência patrimonial	221.323	232.503	6.240	460.066
Dividendos mínimos obrigatórios	(178)	(2.209)	–	(2.387)
Aumento de capital[1]	–	2.207.845	–	2.207.845
Saldo em 31 de dezembro 2024	**2.704.197**	**4.954.754**	**186.824**	**7.845.775**
Resultado de equivalência patrimonial	**83.215**	**283.877**	**12.354**	**379.446**
Dividendos adicionais propostos	**(17.622)**	**(218.669)**	**–**	**(236.291)**
Dividendos mínimos obrigatórios	**–**	**(2.697)**	**–**	**(2.697)**
Atualização de passivo atuarial	**–**	**1**	**–**	**1**
Aumento de capital[2]	**(2.769.790)**	**2.769.790**	**–**	**–**
Saldo em 31 de dezembro 2025	**–**	**7.787.056**	**199.178**	**7.986.234**

*Inclui ágio no valor de R$85.523.

[1]Em 14 de junho de 2024, em AGE, foi aprovado um aumento de capital na controlada TdB no valor de R$2.207.845 com a emissão de 433.920.963, novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas pela Companhia e integralizadas em moeda corrente nacional.

[2]Conforme descrito na Nota 2, em 01 de julho de 2025, a Tvsat passou a ser controlada indireta da Companhia e controlada direta da TdB, uma vez que esta passou a deter 100% da participação societária da Tvsat .

10. IMOBILIZADO

		Controladora		Consolidado	
Descrição	Vida útil estimada em anos	2025	2024	2025	2024
Equipamentos de transmissão	3 a 25	**9.839.365**	9.757.242	**10.660.462**	10.733.215
Infraestrutura	5 a 30	**164.392**	161.637	**198.432**	197.781
Equipamentos de comutação	5 a 15	**510.047**	477.200	**823.861**	804.480
Prédios	10 a 25	**629.941**	423.002	**784.195**	587.237
Terrenos		**29.779**	29.779	**220.068**	220.068
Outros ativos imobilizados	3 a 10	**67.439**	91.578	**86.137**	122.348
Ajuste a valor de realização		**–**	–	**(6.164)**	(9.389)
Estoque de investimento		**406.708**	433.375	**465.268**	488.196
Imobilizado em andamento		**199.129**	212.918	**290.965**	265.111
Imobilizado total (a)		**11.846.800**	11.586.731	**13.523.224**	13.409.047
Infraestrutura	1 a 26	**20.592**	13.376	**11.111**	20.540
Prédios	1 a 9	**33.232**	8.047	**39.563**	8.311
Frotas	1 a 3	**131.575**	13.964	**131.655**	13.487
Direito de uso em arrendamento (b)		**185.399**	35.387	**182.329**	42.338
Imobilizado, líquido		**12.032.199**	11.622.118	**13.705.553**	**13.451.385**

(a) Movimentação do imobilizado

	Controladora								
	Equipamentos de transmissão	Infraestrutura	Equipamentos de comutação	Prédios	Terrenos	Outros ativos mobilizados	Estoque de investimento	Imobilizado em andamento	Total
Custo em 31/12/2023	**40.020.152**	**356.500**	**915.613**	**359.916**	**29.779**	**843.335**	**592.747**	**153.538**	**43.271.580**
Adições	243.272	–	–	–	–	–	1.206.358	1.325.784	2.775.414
Baixas	(516.825)	(10.482)	(3.154)	–	–	(465)	(25.181)	–	(556.107)
Transferências	2.248.335	8.216	203.305	126.415	–	20.682	(1.340.549)	(1.266.404)	–
Custo em 31/12/2024	**41.994.934**	**354.234**	**1.115.764**	**486.331**	**29.779**	**863.552**	**433.375**	**212.918**	**45.490.887**
Adições	**217.699**	**365**	**–**	**–**	**–**	**–**	**1.248.314**	**1.802.875**	**3.269.253**
Baixas	**(666.401)**	**(2.654)**	**(1.076)**	**–**	**–**	**(526)**	**(26.641)**	**–**	**(697.298)**
Transferências	**2.576.014**	**23.667**	**216.369**	**229.243**	**–**	**19.711**	**(1.248.340)**	**(1.816.664)**	**–**
Custo em 31/12/2025	**44.122.246**	**375.612**	**1.331.057**	**715.574**	**29.779**	**882.737**	**406.708**	**199.129**	**48.062.842**
Depreciação em 31/12/2023	**(29.859.146)**	**(182.425)**	**(482.174)**	**(47.261)**	**–**	**(729.325)**	**–**	**–**	**(31.300.331)**
Adições	(2.893.774)	(20.089)	(159.544)	(16.068)	–	(43.114)	–	–	(3.132.589)
Baixas	515.228	9.917	3.154	–	–	465	–	–	528.764
Depreciação em 31/12/2024	**(32.237.692)**	**(192.597)**	**(638.564)**	**(63.329)**	**–**	**(771.974)**	**–**	**–**	**(33.904.156)**
Adições	**(2.710.858)**	**(21.175)**	**(183.522)**	**(22.304)**	**–**	**(43.842)**	**–**	**–**	**(2.981.701)**
Baixas	**665.669**	**2.552**	**1.076**	**–**	**–**	**518**	**–**	**–**	**669.815**
Depreciação em 31/12/2025	**(34.282.881)**	**(211.220)**	**(821.010)**	**(85.633)**	**–**	**(815.298)**	**–**	**–**	**(36.216.042)**
Imobilizado, líquido	**9.839.365**	**164.392**	**510.047**	**629.941**	**29.779**	**67.439**	**406.708**	**199.129**	**11.846.800**

	Consolidado									
	Equipamentos de transmissão	Infraestrutura	Equipamentos de comutação	Prédios	Terrenos	Outros ativos imobilizados	Ajuste a valor de realização	Estoque de investimento	Imobilizado em andamento	Total
Custo em 31/12/2023	**49.178.845**	**706.334**	**1.610.888**	**600.967**	**220.068**	**1.162.310**	**(597.153)**	**672.627**	**191.594**	**53.746.480**
Adições	243.272	–	348	–	–	–	–	1.189.745	1.479.640	2.913.005
Baixas	(604.869)	(10.727)	(3.153)	–	–	(3.437)	–	(31.461)	–	(653.647)
Transferências	2.284.552	10.083	304.683	126.472	–	23.048	–	(1.342.715)	(1.406.123)	–
Custo em 31/12/2024	**51.101.800**	**705.690**	**1.912.766**	**727.439**	**220.068**	**1.181.921**	**(597.153)**	**488.196**	**265.111**	**56.005.838**
Adições	**216.464**	**482**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**1.254.880**	**1.913.980**	**3.385.806**
Baixas	**(980.984)**	**(233.926)**	**(1.076)**	**–**	**–**	**(129.167)**	**–**	**(28.024)**	**(10)**	**(1.373.187)**
Transferências	**2.603.605**	**27.093**	**257.200**	**229.259**	**–**	**20.743**	**–**	**(1.249.784)**	**(1.888.116)**	**–**
Custo em 31/12/2025	**52.940.885**	**499.339**	**2.168.890**	**956.698**	**220.068**	**1.073.497**	**(597.153)**	**465.268**	**290.965**	**58.018.457**
Depreciação em 31/12/2023	**(37.841.134)**	**(490.287)**	**(913.233)**	**(114.139)**	**–**	**(1.004.756)**	**583.382**	**–**	**–**	**(39.780.167)**
Adições	(3.130.422)	(27.598)	(198.206)	(26.063)	–	(58.207)	4.382	–	–	(3.436.114)
Baixas	602.971	9.976	3.153	–	–	3.390	–	–	–	619.490
Depreciação em 31/12/2024	**(40.368.585)**	**(507.909)**	**(1.108.286)**	**(140.202)**	**–**	**(1.059.573)**	**587.764**	**–**	**–**	**(42.596.791)**
Adições	**(2.892.086)**	**(26.821)**	**(237.818)**	**(32.301)**	**–**	**(56.948)**	**3.225**	**–**	**–**	**(3.242.749)**
Baixas	**980.248**	**233.823**	**1.075**	**–**	**–**	**129.161**	**–**	**–**	**–**	**1.344.307**
Depreciação em 31/12/2025	**(42.280.423)**	**(300.907)**	**(1.345.029)**	**(172.503)**	**–**	**(987.360)**	**590.989**	**–**	**–**	**(44.495.233)**
Imobilizado, líquido	**10.660.462**	**198.432**	**823.861**	**784.195**	**220.068**	**86.137**	**(6.164)**	**465.268**	**290.965**	**13.523.224**

(b) Movimentação do direito de uso em arrendamento - IFRS16/CPC 06 (R2)

	Controladora			
	Infraestrutura	Prédios	Frotas	Total
Saldo em 31/12/2023	**13.548**	**11.757**	**55.272**	**80.577**
Adições, líquidas[1]	8.396	772	7.876	17.044
Amortização do direito de uso	(7.980)	(4.482)	(49.772)	(62.234)
Saldo em 31/12/2024	**13.964**	**8.047**	**13.376**	**35.387**
Adições, líquidas[1]	**15.621**	**32.184**	**173.497**	**221.302**
Amortização do direito de uso	**(8.993)**	**(6.999)**	**(55.298)**	**(71.290)**
Saldo em 31/12/2025[2]	**20.592**	**33.232**	**131.575**	**185.399**

[1]Representa principalmente adições, baixas, alteração na contraprestação do arrendamento e prorrogação do prazo de arrendamento contratual.

[2]Inclui valores com partes relacionadas no montante de R$14.747 (R$2.765 em 31 de dezembro de 2024).

	Consolidado			
	Infraestrutura	Prédios	Frotas	Total
Saldo em 31/12/2023	**26.427**	**13.077**	**55.516**	**95.020**
Adições, líquidas (1)	3.811	772	7.863	12.446
Amortização do direito de uso	(9.698)	(5.538)	(49.892)	(65.128)
Saldo em 31/12/2024	**20.540**	**8.311**	**13.487**	**42.338**
Adições, líquidas (1)	**251**	**39.738**	**173.575**	**213.564**
Amortização do direito de uso	**(9.680)**	**(8.486)**	**(55.407)**	**(73.573)**
Saldo em 31/12/2025 (2)	**11.111**	**39.563**	**131.655**	**182.329**

[1]Representa principalmente adições, baixas, alteração na contraprestação do arrendamento e prorrogação do prazo de arrendamento contratual.

[2]Inclui valores com partes relacionadas no montante de R$1.389 (R$4.246 em 31 de dezembro de 2024).

c) Revisão da vida útil

A Administração da Companhia revisa anualmente a vida útil do seu ativo.

Com a Claro, você se conecta + com o que ama.
Eu ó o novo

CLARO NXT TELECOMUNICAÇÕES S.A.

CNPJ: 66.970.229/0001-67

Claro

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

• Custos e despesas operacionais
Projetados com base no desempenho histórico da Companhia em concordância com o modelo de remuneração dos contratos vigentes.
• Investimentos de capital
Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a infraestrutura necessária para suportar a demanda atual por nossos serviços e manutenção de nossa planta existente.
Não foram considerados investimentos em expansão da rede em conformidade com os conceitos definidos no CPC 01 (R1).
• Taxa de desconto
Representam a avaliação de riscos no mercado atual. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da empresa, sendo derivado de custos de capital médio ponderado (CCMP). O CCMP leva em consideração tanto a dívida quanto o patrimônio. O custo do patrimônio é derivado do rendimento esperado sobre o investimento pelos investidores da Companhia. O custo de dívida é baseado nos financiamentos com rendimento de juros que a Companhia é obrigada a honrar. O risco específico do segmento é incorporado mediante a aplicação de fatores individuais beta. A taxa de desconto dos fluxos de caixa futuro utilizada em 2025 é de 9,82% a.a. (9,10% a.a. em 2024).
A taxa média de inflação anual para o período analisado nos fluxos projetados em 2025 foi de 3,55% a.a. (3,79% a.a. em 2024).

11. INTANGÍVEL

		Controladora		Consolidado	
Descrição	**Vida útil estimada em anos**	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Direito de uso de *software*	3 e 5	**97.016**	184.726	**211.667**	315.981
Licenças de outorga	5 a 20	**–**	–	**306**	–
Direito de uso de circuitos e de passagem	10 e 15	**270.124**	292.799	**275.106**	297.781
Carteira de clientes/contrato de uso da marca/outras licenças	5 a 10	**438.638**	438.638	**438.638**	438.638
Outros ativos intangíveis	5 e 12	**416**	525	**416**	525
Intangível em andamento		**19.783**	487	**30.124**	2.782
Intangível, líquido		**825.977**	917.175	**956.257**	1.055.707

a) Movimentação do intangível

	Controladora					
	Direito de uso de *software*	**Direito de uso de circuitos e de passagem**	**Carteira de clientes/contrato de uso da marca/outras licenças**	**Outros ativos intangíveis**	**Intangível em andamento**	**Total**
Custo em 31/12/2023	**3.637.413**	**347.522**	**791.218**	**7.553**	**481**	**4.784.187**
Adições	–	–	–	–	178	178
Baixas	–	(1.153)	–	–	–	(1.153)
Transferências	173	(1)	–	–	(172)	–
Custo em 31/12/2024	**3.637.586**	**346.368**	**791.218**	**7.553**	**487**	**4.783.212**
Adições	**–**	**–**	**–**	**–**	**19.300**	**19.300**
Baixas	**(2)**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(2)**
Transferências	**4**	**–**	**–**	**–**	**(4)**	**–**
Custo em 31/12/2025	**3.637.588**	**346.368**	**791.218**	**7.553**	**19.783**	**4.802.510**
Amortização em 31/12/2023	**(3.347.638)**	**(31.408)**	**(352.580)**	**(6.660)**	**–**	**(3.738.286)**
Adições	(105.222)	(22.161)	–	(368)	–	(127.751)
Amortização em 31/12/2024	**(3.452.860)**	**(53.569)**	**(352.580)**	**(7.028)**	**–**	**(3.866.037)**
Adições	**(87.714)**	**(22.675)**	**–**	**(109)**	**–**	**(110.498)**
Baixas	**2**	**–**	**–**	**–**	**–**	**2**
Amortização em 31/12/2025	**(3.540.572)**	**(76.244)**	**(352.580)**	**(7.137)**	**–**	**(3.976.533)**
Intangível, líquido	**97.016**	**270.124**	**438.638**	**416**	**19.783**	**825.977**

	Consolidado							
	Direito de uso de *software*	**Licenças de outorga**	**Direito de uso de circuitos e de passagem**	**Carteira de clientes/contrato de uso da marca/outras licenças**	**Outros ativos intangíveis**	**Ajuste ao valor de realização (*Impairment*)**	**Intangível em andamento**	**Total**
Custo em 31/12/2023	**4.258.969**	**470**	**364.382**	**791.218**	**15.023**	**(5.508)**	**8.340**	**5.432.894**
Adições	–	–	–	–	–	–	20.990	20.990
Baixas	–	–	(1.155)	–	–	–		(1.155)
Transferências	26.548	–	–	–	–	–	(26.548)	–
Custo em 31/12/2024	**4.285.517**	**470**	**363.227**	**791.218**	**15.023**	**(5.508)**	**2.782**	**5.452.729**
Adições	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**61.602**	**61.602**
Baixas	**(403.070)**	**–**	**–**	**–**	**(259)**	**–**	**–**	**(403.329)**
Transferências	**33.952**	**308**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(34.260)**	**–**
Custo em 31/12/2025	**3.916.399**	**778**	**363.227**	**791.218**	**14.764**	**(5.508)**	**30.124**	**5.111.002**
Amortização em 31/12/2023	**(3.814.101)**	**(470)**	**(43.243)**	**(352.580)**	**(14.130)**	**5.508**	**–**	**(4.219.016)**
Adições	(155.435)	–	(22.203)	–	(368)	–	–	(178.006)
Amortização em 31/12/2024	**(3.969.536)**	**(470)**	**(65.446)**	**(352.580)**	**(14.498)**	**5.508**	**–**	**(4.397.022)**
Adições	**(138.266)**	**(2)**	**(22.675)**	**–**	**(109)**	**–**	**–**	**(161.052)**
Baixas	**403.070**	**–**	**–**	**–**	**259**	**–**	**–**	**403.329**
Amortização em 31/12/2025	**(3.704.732)**	**(472)**	**(88.121)**	**(352.580)**	**(14.348)**	**5.508**	**–**	**(4.154.745)**
Intangível, líquido	**211.667**	**306**	**275.106**	**438.638**	**416**	**–**	**30.124**	**956.257**

12. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Fornecedores de imobilizado, intangível e de materiais e serviços				
Fornecedores diversos	**1.777.460**	1.594.533	**2.038.589**	1.806.558
Interconexão e *roaming*	**313**	333	**401**	356
	1.777.773	1.594.866	**2.038.990**	1.806.914

13. OBRIGAÇÕES FISCAIS, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Obrigações fiscais, líquidas				
ICMS	**81.226**	65.977	**83.782**	68.500
FUST, FUNTTEL e FISTEL	**12.942**	60.448	**13.348**	60.959
PIS, COFINS	**47.377**	27.522	**50.580**	34.947
IRPJ e CSLL	**–**	–	**23.059**	5.471
ISS	**11.363**	7.223	**16.267**	11.509
Cide	**13.738**	7.156	**14.043**	7.450
Outros	**169**	989	**517**	1.618
Total	**166.815**	169.315	**201.596**	190.454
Circulante	**166.815**	168.494	**201.596**	189.633
Não circulante	**–**	821	**–**	821

14. PROVISÕES

	Controladora		Consolidado	
Natureza	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Contingências				
Tributárias	**644.258**	270.370	**1.100.192**	302.089
Cíveis, regulatórias, consumidor e ambientais	**160.016**	131.900	**222.610**	182.688
Trabalhistas	**122.851**	93.431	**137.420**	111.981
	927.125	495.701	**1.460.222**	596.758
Participação de empregados no resultado	**123.476**	118.126	**129.595**	123.981
Provisão para desmantelamento de ativos	**3.345**	2.816	**4.027**	3.381
Total de provisões	**1.053.946**	616.643	**1.593.844**	724.120
Circulante	**128.244**	126.726	**135.654**	134.313
Não circulante	**925.702**	489.917	**1.458.190**	589.807

14.1 Contingências
A movimentação dos saldos de contingências prováveis na controladora e consolidado está demonstrada a seguir:

	Controladora			
	Tributárias	**Cíveis, regulatórias, consumidor e ambientais**	**Trabalhistas**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**261.173**	**179.851**	**73.862**	**514.886**
Adições (reversões), líquidas	32.876	(41.322)	62.778	54.332
Baixas por pagamentos	(25.317)	(47.353)	(46.910)	(119.580)
Atualização monetária	1.638	40.724	3.701	46.063
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**270.370**	**131.900**	**93.431**	**495.701**
Adições (reversões), líquidas	**314.661**	**31.578**	**77.374**	**423.613**
Baixas por pagamentos	**(108.477)**	**(25.481)**	**(55.023)**	**(188.981)**
Atualização monetária	**167.704**	**22.019**	**7.069**	**196.792**
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**644.258**	**160.016**	**122.851**	**927.125**

	Consolidado			
	Tributárias	**Cíveis, regulatórias, consumidor e ambientais**	**Trabalhistas**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**286.278**	**250.312**	**94.683**	**631.273**
Adições (reversões), líquidas	39.380	(17.633)	116.782	138.529
Baixas por pagamentos	(25.388)	(78.566)	(102.995)	(206.949)
Atualização monetária	1.819	28.575	3.511	33.905
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**302.089**	**182.688**	**111.981**	**596.758**
Adições (reversões), líquidas	**561.170**	**39.628**	**101.472**	**702.270**
Baixas por pagamentos	**(109.545)**	**(30.467)**	**(81.486)**	**(221.498)**
Atualização monetária	**346.478**	**30.761**	**5.453**	**382.692**
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**1.100.192**	**222.610**	**137.420**	**1.460.222**

Depósitos e bloqueios judiciais:

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Depósitos judiciais	**656.949**	643.070	**678.000**	656.783
Bloqueios judiciais	**1.163**	2.736	**1.634**	2.940
Total	**658.112**	645.806	**679.634**	659.723

A situação jurídica da Companhia e das suas controladas englobam processos de natureza tributária, regulatória, cível, ambiental, consumidor e trabalhista.
A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis que já foram tomados em cada situação são suficientes para preservar o patrimônio da Companhia e das suas controladas, assim as provisões refletem a melhor estimativa de desembolso provável futuro de caixa da Companhia na data-base.
Segue abaixo descrição das principais contingências da Companhia e suas controladas.
As contingências cujo desfecho é considerado como possível de perda não estão provisionadas, conforme previsto no CPC 25 (IAS 37) e são apenas divulgadas para fins das demonstrações financeiras.
Segue abaixo a descrição das principais contingências da Companhia e suas controladas.

14.1.1. Contingências tributárias
Incluem diversas demandas tributárias, tendo sido contabilizada provisão, a qual é considerada suficiente para fazer face às prováveis perdas nesses processos.
A composição dos saldos de contingências prováveis e possíveis está demonstrada a seguir:

		Consolidado					
		2025			2024		
Natureza	**Ref.**	**Provável**	**Possível**	**Total**	**Provável**	**Possível**	**Total**
ICMS	a)	**279.228**	**2.927.521**	**3.206.749**	250.925	2.329.998	2.580.923
FUST/FUNTTEL	b)	**3.164**	**708.344**	**711.508**	139	687.283	687.422
IRPJ/CSLL	c)	**25.370**	**459.022**	**484.392**	–	–	–
PIS /COFINS	d)	**69.779**	**401.081**	**470.860**	22.816	397.154	419.970
IRRF/CIDE	e)	**372.413**	**7.207**	**379.620**	–	350.769	350.769
TFI/TFF	f)	**51.106**	**129.735**	**180.841**	–	228.973	228.973
EBC	g)	**122.147**	**1.306**	**123.453**	–	94.800	94.800
Glosas de compensação	h)	**14.048**	**89.342**	**103.390**	7.008	111.275	118.283
Outras contingências tributárias	i)	**162.937**	**141.452**	**304.389**	21.201	268.600	289.801
Total		**1.100.192**	**4.865.010**	**5.965.202**	302.089	4.468.852	4.770.941

a) ICMS
A Companhia e suas controladas TdB e Tvsat possuem contingências fiscais de ICMS em 31 de dezembro de 2025 no valor de R$3.206.749 (R$2.580.923 em 31 de dezembro de 2024), do qual foi provisionado o valor de R$279.228 (R$250.925 em 31 de dezembro de 2024). Dentre as contingências de ICMS, destacamos:
i. A Companhia possui contingências fiscais referentes à discussão de créditos do ativo imobilizado. Em 31 de dezembro de 2025, o valor de R$1.592.113 (R$1.429.076 em 31 de dezembro de 2024), do qual foi provisionado o valor de R$140.471 (R$190.022 em 31 de dezembro de 2024).
ii. A Companhia possui ainda autuações fiscais decorrentes da exigência de ICMS sobre assinatura básica. Em 31 de dezembro de 2025, o valor de R$180.101 (R$207.654 em 31 de dezembro de 2024). Nas ações referentes a esse tema, há depósitos judiciais no montante de R$167.857 (R$152.840 em 31 de dezembro de 2024).
iii. A Companhia possui autuações lavradas pela Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo, sob a alegação de incidência de ICMS sobre diversos serviços de valor adicionado, no montante de R$800.812 classificado como possível em 31 de dezembro de 2025 (R$288.814 em 31 de dezembro de 2024). Em 2 de janeiro de 2025, a Companhia recebeu um auto de infração sob a alegação de incidência de ICMS sobre serviços de valor adicionado, no montante de R$571.130. Os consultores jurídicos da Companhia avaliaram o risco de perda para esta contingência como possível.
b) FUST/FUNTTEL
A Companhia e suas controladas TdB e Tvsat possuem autuações da ANATEL relativas a supostos recolhimentos a menor de FUST, principalmente em razão da exclusão de receitas e custos de interconexão da base de cálculo do FUST. Em 31 de dezembro de 2025 o valor atualizado dessas autuações é de R$429.352 (R$423.433 em 31 de dezembro de 2024), do qual foi provisionado o valor de R$3.006 em 31 de dezembro de 2025.
A Companhia e suas controladas TdB e Tvsat possuem ainda autuações fiscais do Ministério das Comunicações exigindo o recolhimento do FUNTTEL. Em 31 de dezembro de 2025 o valor dessas autuações é de R$282.156 (R$263.850 em 31 de dezembro de 2024), do qual foi provisionado o valor de R$158 (R$139 em 31 de dezembro de 2024).
c) IRPJ/CSLL
A Companhia e suas controladas TdB e Tvsat possuem contingências referente a IRPJ e CSLL no montante de R$484.392, do qual foi provisionado o valor de R$25.370. Dentre as contingências de IRPJ/CSLL, destacamos:
i. A Companhia e sua controlada Tvsat possuem contingências decorrente da exclusão no cálculo do lucro real de incentivos fiscais recebidos (redução da base de cálculo do ICMS para TV paga) na forma de Doações Governamentais e Subsídios para Investimentos. Em 31 de dezembro de 2025 o valor dessa contingência é de R$456.072. A probabilidade de perda foi classificada como possível em avaliação feita pelos consultores e pela Administração.
d) PIS/COFINS
A Companhia e as suas controladas TdB e Tvsat possuem autuações de PIS e COFINS. Em 31 de dezembro de 2025 o valor dessas autuações é de R$470.860 (R$419.970 em 31 de dezembro de 2024), do qual foi provisionado o valor de R$69.779 (R$22.816 em 31 de dezembro de 2024).
e) IRRF/CIDE
A Companhia e sua controlada Tvsat possuem contingências fiscais de IRRF e CIDE. Em 31 de dezembro de 2025 o valor dessas contingências é de R$379.620 (R$350.769 em 31 de dezembro de 2024 classificado como possível) do qual foi provisionado o valor de R$372.413. Dentre as contingências de CIDE, destacamos:
i. A controlada Tvsat possui autuações fiscais de CIDE, que decorre do suposto recolhimento a menor sobre remessas efetuadas a título de programação internacional A Administração e seus consultores avaliaram e reclassificaram a probabilidade de perda para provável no montante de R$372.413 (R$343.954 em 31 de dezembro de 2024 classificado como possível), o que gerou a provisão integral da contingência. Essa decisão decorre do julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal ("STF"), ao julgar o Recurso Extraordinário nº 928.943 (Tema 914) que declarou constitucional a incidência da CIDE sobre remessas ao exterior para pagamento de quaisquer serviços técnicos e administrativos, assim como royalties a qualquer título.
f) Taxa de Fiscalização de Instalação ("TFI") e Taxa de Fiscalização de Funcionamento ("TFF")
A Companhia possui contingência referente ao suposto não recolhimento de TFI e TFF. Em 31 de dezembro de 2025 o valor dessas contingências é de R$180.841 (R$228.973 em 31 de dezembro de 2024), do qual foi provisionado o valor de R$51.106.
g) Contribuição para Fomento da Radiodifusão Pública - EBC
A Companhia possui contingência relacionada à exigência da contribuição para Fomento da Radiodifusão Pública. Em 31 de dezembro de 2025 o valor dessas contingências é de R$123.453 (R$94.800 em 31 de dezembro de 2024), do qual foi provisionado o valor de R$122.147 em 31 de dezembro de 2025.
h) Glosas de compensação
A Companhia e sua controlada TdB, possuem contingências decorrentes de glosas de compensações de débitos de diversos tributos federais com créditos de saldo negativo de IRPJ e base negativa de CSLL. Em 31 de dezembro de 2025 o valor dessas contingências é de R$103.390 (R$118.283 em 31 de dezembro de 2024), do qual foi provisionado o valor de R$14.048 (R$7.008 em 31 de dezembro de 2024).
i) Outras contingências tributárias
A Companhia e suas controladas Reyc e Tvsat possuem outras contingências fiscais e previdenciárias. Em 31 de dezembro de 2025 o valor dessas contingências é de R$304.389 (R$289.801 em 31 de dezembro de 2024). Foi constituída provisão no valor de R$162.937 (R$21.201 em 31 de dezembro de 2024).

14.1.2. Contingências cíveis, regulatórias, consumidor e ambientais
Incluem diversas demandas regulatórias, cíveis, consumidor e ambientais, tendo sido contabilizada provisão conforme demonstrada anteriormente, a qual é considerada suficiente para fazer face às prováveis perdas nesses processos.
A Companhia e suas controladas respondem a ações de natureza cível (indenizações, cobranças, entre outras) e que se encontram em diferentes fases processuais e em diversos fóruns judiciais.
A composição da carteira de processos é, majoritariamente, integrada por ações judiciais de consumidores, com baixo ticket médio e considerável volume de processos. A Administração da Companhia constitui provisões em montantes considerados suficientes para cobrir decisões judiciais desfavoráveis quando seus consultores jurídicos internos e externos entendem que as perdas sejam prováveis.
A composição dos saldos de contingências prováveis e possíveis está demonstrada a seguir:

		Consolidado					
		2025			2024		
Natureza	**Ref.**	**Provável**	**Possível**	**Total**	**Provável**	**Possível**	**Total**
Cíveis	a)	**196.295**	**342.140**	**538.435**	155.501	290.457	445.958
Regulatórias	b)	**19.772**	**99.301**	**119.073**	16.251	112.506	128.757
Consumidor	c)	**6.059**	**50.852**	**56.911**	10.334	61.255	71.589
Ambientais	d)	**484**	**19.998**	**20.482**	602	23.954	24.556
Total		**222.610**	**512.291**	**734.901**	182.688	488.172	670.860

a) Contingências cíveis
Em 31 de dezembro de 2025 as contingências classificadas como prováveis referentes a processos cíveis somavam de R$196.295 (R$155.501 em 31 de dezembro de 2024) e R$342.140 (R$290.457 em 31 de dezembro de 2024) classificado pela Administração e seus consultores jurídicos como possível.
b) Contingências regulatórias
A Companhia e suas controladas discutem, no âmbito administrativo e judicial, descumprimentos de regulamentos setoriais, especificamente relacionados à i) cobertura da rede e à ii) qualidade dos serviços. Em 31 de dezembro de 2025, a contingência classificada como provável no valor de R$19.772 (R$16.251 em 31 de dezembro de 2024) e R$99.301 (R$112.506 em 31 de dezembro de 2024) classificado pela Administração e seus consultores jurídicos como possíveis.
c) Contingências consumidor
Em 31 de dezembro de 2025 as contingências classificadas como prováveis referentes a processos de consumidores somavam R$6.059 (R$10.334 em 31 de dezembro de 2024) e R$50.852 (R$61.255 em 31 de dezembro de 2024) classificado pela Administração e seus consultores jurídicos como possível.
d) Contingências ambientais
A Companhia estima que as perdas prováveis referentes a processos ambientais somam R$484 (R$602 em 31 de dezembro de 2024) e R$19.998 (R$23.954 em 31 de dezembro de 2024) classificado pela Administração e seus consultores jurídicos como possíveis.

14.1.3. Contingências trabalhistas
A Companhia e suas controladas são parte em vários processos trabalhistas, principalmente devido a demissões no curso normal de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia mantinha uma provisão no valor de R$137.420 (R$111.981 em 31 de dezembro de 2024) classificado pela Administração e seus consultores jurídicos como prováveis de perda e R$87.380 (R$112.639 em 31 de dezembro de 2024) classificado pela Administração e seus consultores jurídicos como possíveis de perda, referente ao potencial risco de perda em relação as reclamações trabalhistas. A Administração, com o auxílio de seus consultores jurídicos, avalia essas demandas registrando provisões para perdas quando razoavelmente estimadas, considerando as experiências anteriores em relação aos valores demandados. Os processos trabalhistas são atualizados monetariamente de acordo com a tabela disponibilizada pelo TST ("Tribunal Superior do Trabalho"), acrescida de juros mensais de 1%.

14.2 Provisão para desmantelamento de ativos
A Companhia e sua controlada mantém registrada provisão para obrigações decorrentes de desmantelamento de ativos pelo seu valor presente, que consiste na capitalização dos custos estimados a incorrer na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis de terceiros. A depreciação dos valores ativados é calculada com base na vida útil dos ativos. Esta capitalização tem como contrapartida uma provisão das obrigações decorrentes de desmantelamento de ativos, descontada a valor presente de modo a refletir a melhor estimativa corrente.
Em 31 de dezembro de 2025, o montante registrado no consolidado no ativo imobilizado na rubrica de infraestrutura, líquido da depreciação correspondente foi de R$1.333 (R$1.037 em 31 de dezembro de 2024). E o montante de R$4.027 a crédito no passivo, na rubrica de provisões não circulante (R$3.381 em 31 de dezembro de 2024).
Em 31 de dezembro de 2025, as obrigações decorrentes de desmantelamento de ativos foram registradas pelo seu valor presente. As taxas de descontos utilizadas refletem a atual avaliação de mercado referente aos riscos específicos da Companhia.
A movimentação da provisão para desmantelamento de ativos é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Saldo inicial	**2.816**	3.602	**3.381**	4.426
Atualização monetária	**228**	(247)	**228**	(321)
Adições (baixas), líquidas	**301**	(539)	**418**	(724)
Total	**3.345**	2.816	**4.027**	3.381

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

15.1. Condições gerais
As transações com partes relacionadas foram praticadas em condições e prazos acordados entre as partes, e seus principais saldos e valores estão descritos abaixo. A Companhia avalia a recuperabilidade das partes relacionadas e não há necessidade de provisionamento.
Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.
Conforme descrito na Nota 4, as aplicações financeiras incluem saldo com a parte relacionada Inbursa no montante de R$5.684 com rendimento de R$1.074 para o consolidado, com taxa média de remuneração de 14,68% a.a. (R$30.387 no consolidado em 31 de dezembro de 2024, com taxa média de remuneração de 11,97% a.a.).
Conforme descrito nas Notas 10.b e 17, a Companhia e suas controladas possuem valores com partes relacionadas referente a contratos de arrendamento no montante de R$14.747 na controladora e R$1.389 no consolidado (R$2.765 na controladora e R$4.246 no consolidado em 31 de dezembro de 2024) de ativo de direito de uso e R$14.747 na controladora e R$1.376 no consolidado (R$2.765 na controladora e R$4.246 no consolidado em 31 de dezembro de 2024) de passivo de arrendamento.
Conforme descrito na Nota 16, suas controladas Tvsat e TdB são patrocinadoras de plano de benefício pós-empregos aos seus empregados junto à Telos.
Apresentamos, a seguir, um sumário dos saldos e das transações com partes relacionadas:

		Controladora					
	Natureza da transação	**2025 Ativo**	**2025 Passivo**	**2024 Ativo**	**2024 Passivo**	**2025 Receita (despesa)**	**2024 Receita (despesa)**
AMX International Mobile S.A. de C.V. ("Amx International")	**(a)**	**–**	**4.784.993**	–	9.748.496	**398.756**	(2.725.070)
Olympic Plaza Holding N.V.	**(a)**	**–**	**1.306.956**	–	1.321.733	**(113.908)**	(318.534)
Amov Finance B.V. ("Amov Finance")	**(a)**	**–**	**4.461.898**	–	1.029.031	**(654.936)**	(120.234)
América Móvil S.A.B de C.V ("América Móvil")	**(a)**	**–**	**–**	–	–	**–**	(21.940)
Claro Telecom Participações S.A. ("Claropar")		**–**	**–**	–	1	**–**	115.468
Puerto Rico Telephone Company Inc.		**88.376**	**–**	13.115	–	**(11.603)**	(10.729)
Claro (1)		**3.080.609**	**163.473**	2.677.206	115.424	**(796.266)**	(749.271)
Reyc		**–**	**17.489**	–	165.846	**–**	–
Hitss do Brasil Serviços Tecnologicos Ltda.		**–**	**38.773**	–	32.889	**(90.422)**	(75.341)
Tvsat	**(b)**	**171.313**	**345.560**	58.112	300.409	**(44.886)**	(4.855)
Americel S.A. ("Americel")	**(c)**	**–**	**–**	40.271	–	**5.224**	10.146
BrasilCenter		**–**	**61.100**	–	29.596	**(564.136)**	(264.900)
Outros		**189.562**	**51.235**	6.094	27.404	**(381.257)**	(326.121)
		3.529.860	**11.231.477**	2.794.798	12.770.829	**(2.253.434)**	(4.491.381)
Circulante		**3.380.719**	**473.563**	2.776.279	374.619		
Não circulante		**149.141**	**10.757.914**	18.519	12.396.210		

1) O ativo inclui principalmente repasse de banda larga e TV.

		Consolidado					
	Natureza da transação	**2025 Ativo**	**2025 Passivo**	**2024 Ativo**	**2024 Passivo**	**2025 Receita (despesa)**	**2024 Receita (despesa)**
Amx International	**(a)**	**–**	**4.784.993**	–	9.748.496	**398.756**	(2.725.070)
Olympic Plaza	**(a)**	**–**	**1.306.956**	–	1.321.733	**(113.908)**	(318.534)
Amov Finance	**(a)**	**–**	**4.461.898**	–	1.029.031	**(654.936)**	(120.234)
América Móvil	**(a)**	**–**	**–**	–	–	**–**	(21.940)
América Móvil Peru	**(a)**	**3.173**	**–**	3.571	–	**38.655**	37.268
Claro Telecom Participações S.A.		**–**	**–**	–	1	**–**	115.468
Claro[(1)]	**(c) / (d)**	**9.175.619**	**357.517**	7.791.602	341.257	**(128.396)**	(477.275)
Americel	**(c)**	**–**	**–**	40.271	–	**5.224**	10.146
TST	**(c)**	**10.849**	**–**	9.384	–	**1.465**	1.002
Puerto Rico Telephone Company Inc.		**88.376**	**–**	13.115	–	**(11.603)**	(10.729)
Hitss do Brasil Serviços Tecnologicos Ltda.		**–**	**62.197**	–	44.097	**(141.326)**	(117.475)
BrasilCenter		**64**	**61.249**	–	29.837	**(565.877)**	(267.530)
América Móvil Colômbia		**6.180**	**9.715**	9.274	2.857	**17.742**	23.921
Outros		**48.336**	**52.950**	11.859	29.121	**(314.048)**	(269.132)
		9.332.597	**11.097.475**	7.879.076	12.546.430	**(1.468.252)**	(4.140.114)
Circulante		**3.279.264**	**650.204**	4.541.702	395.712		
Não circulante		**6.053.333**	**10.447.271**	3.337.374	12.150.718		

[(1)]O ativo inclui repasse de banda larga e TV.
(a) As informações a seguir, referem-se a mútuo passivo. As principais informações destes instrumentos contratuais são:

				Consolidado						
Ref.	**Parte relacionada**	**Taxas efetivas a.a.**	**Vencimento (1)**	**2023**	**Pagamentos**	**Juros pagos**	**Provisão de juros**	**Variação cambial**	**Transferência**	**2024**
a.1)	AMX International	3,96% (*)	30/06/2033	3.865.927	–	–	205.535	1.106.054	–	5.177.516
a.2)	AMX International	2,54%	15/01/2026	219.638	(237.703)	(2.757)	2.446	18.376	–	–
a.2)	AMX International	2,54%	27/01/2026	121.082	(131.040)	(1.518)	1.349	10.127	–	–
a.2)	AMX International	2,54%	28/01/2026	121.081	(131.040)	(1.517)	1.349	10.127	–	–
a.2)	AMX International	2,82%	26/02/2026	242.290	(271.926)	(5.920)	5.577	29.979	–	–
a.2)	AMX International	3,14%	06/03/2026	484.751	(561.159)	(13.912)	13.262	77.058	–	–
a.2)	AMX International	3,14%	10/03/2026	484.752	–	(18.037)	17.479	135.020	–	619.214
a.2)	AMX International	4,90%	11/03/2030	4.603.225	(1.404.979)	(184.151)	174.262	760.910	(3.945.060)	4.207
a.2)	AMX International	11,40%	12/03/1930	–	–	(153.660)	156.159	–	3.945.060	3.947.559
	Olympic Plaza	2,54%	15/01/2026	1.034.459	–	(31.260)	30.181	288.353	–	1.321.733
	América Móvil	2,54%	15/01/2026	485.315	(503.343)	(3.913)	3.313	18.628	–	–
	Amov Finance	11,50%	15/03/2027	1.033.959	–	(125.162)	120.234	–	–	1.029.031
				12.696.479	(3.241.190)	(541.807)	731.146	2.454.632	–	12.099.260

(*) taxa média
(1) Todos os contratos listados acima não possuem garantias.

				Consolidado						
Ref.	**Parte relacionada**	**Taxas efetivas a.a.**	**Vencimento (1)**	**31/12/2024**	**Pagamentos**	**Juros pagos**	**Provisão de juros**	**Variação cambial**	**Transferência**	**31/12/2025**
a.1)	AMX International	3,96% (*)	30/06/2033	**5.177.516**	**–**	**–**	**186.619**	**(579.142)**	**–**	**4.784.993**
a.2)	AMX International	3,14%	10/03/2026	**619.214**	**(574.343)**	**(2.700)**	**2.574**	**(44.745)**	**–**	**–**
a.2)	AMX International	4,90%	11/03/2030	**4.207**	**(3.892)**	**(25)**	**24**	**(314)**	**–**	**–**
a.2)	AMX International	11,40%	12/03/1930	**3.947.559**	**–**	**(38.727)**	**36.229**	**–**	**(3.945.061)**	**–**
a.2)	Amov Finance	14,85%	11/03/2035	**–**	**–**	**(502.518)**	**585.511**	**–**	**3.945.061**	**4.028.054**
a.3)	Olympic Plaza	2,54%	15/01/2026	**1.321.733**	**–**	**(2.620)**	**2.370**	**(63.813)**	**(1.257.670)**	**–**
a.3)	Olympic Plaza	14,85%	28/01/2035	**–**	**–**	**(126.066)**	**175.352**	**–**	**1.257.670**	**1.306.956**
	Amov Finance	11,50%	15/03/2027	**1.029.031**	**(603.471)**	**(99.867)**	**108.151**	**–**	**–**	**433.844**
				12.099.260	**(1.181.706)**	**(772.523)**	**1.096.830**	**(688.014)**	**–**	**10.553.847**

(*) taxa média
[(1)]Todos os contratos listados acima não possuem garantias.
a.1) Nos dias 09, 20 e 28 de junho de 2023, a Companhia fez alteração dos contratos de empréstimos com a parte relacionada AMX International Mobile - México, prorrogando o vencimento para 30 de junho de 2033, e a taxa de juros atualizada para SOFR + Spread.
a.2) Em 29 de agosto de 2024, a Companhia fez alteração de parte do contrato de empréstimo com a parte relacionada AMX International. O valor de USD700.000.000,00 foi alterado para R$3.945.060 e a taxa de juros ajustada para empréstimos em reais para 11,40% a.a. As demais condições permaneceram inalteradas.
Em 30 de janeiro e 21 de março de 2025, a Companhia fez alteração do credor do contrato de empréstimo com a parte relacionada AMX International para Amov Finance, taxa de juros ajustada para empréstimos em reais para 14,85% a.a. e o vencimento alterado para 11 de março de 2035. As demais condições permaneceram inalteradas.
a.3) Em 28 de janeiro e 21 de março de 2025, a Companhia fez as seguintes alterações do contrato de empréstimo com a parte relacionada Olympic Plaza. O valor do principal de USD213.417.780,79 foi alterado para R$1.257.671, a taxa de juros ajustada para empréstimos em reais para 14,85% a.a., e o vencimento alterado para 28 de janeiro de 2035. As demais condições permaneceram inalteradas.
b) As informações a seguir, referem-se a mútuos passivos. As principais informações destes instrumentos contratuais são:

				Controladora					
**Emp

Com a Claro, você se conecta + com o que ama.
Eu ó o novo
Claro

CLARO NXT TELECOMUNICAÇÕES S.A.

CNPJ: 66.970.229/0001-67

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

d) Nota comercial:
As informações a seguir, refere-se a nota comercial. As principais informações deste instrumento contratual são:

		Taxas efetivas		Consolidado						
Empresa	**Parte Relacionada**	**a.a.**	**Vencimento**	**2023**	**Concedido**	**Provisão de juros**	**2024**	**Concedido**	**Provisão de juros**	**2025**
Claro	TdB (1)	1,10%	14/06/2029	–	2.208.000	141.909	**2.349.909**	–	**440.081**	**2.789.990**
Claro	TdB (2)	0,85%	15/07/2030	–	–	–	–	**1.750.000**	**76.828**	**1.826.828**
				–	2.208.000	141.909	**2.349.909**	**1.750.000**	**516.909**	**4.616.818**

1) Em 14 de junho de 2024, a controladora Claro emitiu a 2ª. nota comercial no valor de R$2.208.000 subscrita pela controlada TdB, remuneradas a CDI + 1,10%, juros a serem pagos no final junto com o principal em 14 de junho de 2029. A nota comercial não tem garantia.
2) Em 30 de junho de 2025, a controladora Claro emitiu a 3ª. nota comercial no valor de R$1.912.000. Em 07 de outubro de 2025, a Companhia subscreveu 1.750.000 notas comerciais, remuneradas a CDI + 0,85%, juros a serem recebidos no final junto com o principal em 15 de julho de 2030, a nota comercial não tem garantia. O saldo dos juros em 31 de dezembro de 2025 é de R$76.828.

16. PLANOS DE BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

Demonstrativo de movimentação na controladora e no consolidado:

	Controladora/Consolidado	
	2025	**2024**
Saldo inicial	**71.745**	76.624
Outros resultados abrangentes	**(29.851)**	(12.155)
Custos dos serviços e juros, líquidos	**(19.581)**	8.426
Custo dos serviços passados	**12.057**	(1.150)
Saldo final	**34.370**	71.745

As controladas Tvsat e TdB são patrocinadoras de planos de benefícios pós-empregos aos seus empregados, denominado Plano de Contribuição Definida ("PCD"), desde janeiro de 1999.
Os planos requerem que contribuições sejam realizadas à Telos - Fundação Embratel de Seguridade Social ("Telos"). A Telos, entidade fechada de previdência privada, é pessoa jurídica de direito privado, de fins previdenciais, assistenciais e não lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, tendo sede e foro no Rio de Janeiro.
A Companhia oferece plano de saúde a seus empregados, que representa um passivo atuarial no desligamento ou aposentadoria em função lei 9.656/98, que garante a continuidade, temporária ou vitalícia, dependendo do tempo de contribuição e se enquadram como benefícios pós-emprego.
Segue abaixo o saldo dos ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras, consolidadas:

	2025		**2024**	
Ativo (passivo) de benefícios	**Plano de saúde**	**PCV**	**Plano de saúde**	**PCV**
Valor presente das obrigações atuariais	**34.370**	**(6.871)**	(71.745)	(3.982)
Valor justo dos ativos		**9.067**		6.161
Superávit (déficit) do plano	**34.370**	**2.196**	(71.745)	2.179
Efeito da restrição dos ativos do plano (superávit irrecuperável)	**–**	**(2.177)**	–	(2.159)
Total do ativo (passivo) atuarial	**34.370**	**19**	(71.745)	20

Seguem as movimentações da obrigação referente ao plano de saúde:

	2025		**2024**	
	Plano de saúde	**PCV**	**Plano de saúde**	**PCV**
Saldo inicial	**(71.745)**	**(3.982)**	(76.624)	(2.702)
Custo do serviço corrente	**(4.022)**	**(4)**	(1.346)	(4)
Custo dos juros	**(8.035)**	**(427)**	(7.080)	(233)
Ganho/perdas atuariais	**28.614**	**(2.906)**	12.155	(1.463)
Benefícios pagos para ativos do plano	**–**	**448**	–	420
Benefícios pagos pela empresa	**342**	**–**	–	–
Transferência participantes inválidos	**895**	**–**	–	–
Custo do serviço passado	**19.581**	**–**	1.150	–
Saldo final	**(34.370)**	**(6.871)**	(71.745)	(3.982)

Seguem as movimentações do valor justo dos ativos referente aos planos:

	2025	**2024**
		PCV
Saldo inicial	**6.161**	6.045
Rendimentos sobre ativos do plano	**675**	**537**
Retorno dos ativos do plano superior (inferior) a taxa de desconto	**2.679**	(1)
Benefícios pagos	**(448)**	(420)
Saldo final	**9.067**	6.161

Seguem as movimentações do efeito da restrição dos ativos do plano (superávit irrecuperável) para os seguintes planos:

	2025	**2024**
	PCV	**PCV**
Saldo inicial	**(2.159)**	(3.321)
Juros	**(247)**	(302)
Mudança superávit irrecuperável durante o período	**229**	1.464
Saldo final	**(2.177)**	(2.159)

Na tabela abaixo, apresenta-se o fluxo de caixa projetado para as obrigações do plano de saúde:

Ano	**Plano de saúde**	**PCV**
2026	**212**	**525**
2027	**255**	**522**
2028	**290**	**517**
2029	**367**	**513**
2030	**532**	**506**
2031 a 2035	**6.368**	**2.429**

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado, para os planos são:

	2025		**2024**	
	Plano de saúde	**PCV**	**Plano de saúde**	**PCV**
Custo do serviço corrente	**(4.022)**	**(4)**	(1.346)	(4)
Juros líquido passivo (ativo)	**(8.035)**	**1**	(7.080)	2
	(12.057)	**(3)**	(8.426)	(2)

Principais premissas atuariais utilizadas:
a) Fatores econômicos
(I) Taxa de desconto 10,94% a.a.
(II) Taxa anual de inflação a longo prazo 3,50% a.a.
b) Fatores biométricos
(i) Tábua de mortalidade geral AT-2000 (1)
(ii) Tábua de mortalidade de inválidos CSO 80
(iii) Tábua de entrada em invalidez UP 84 *modified*
(iv) Rotatividade T10 Service *table*
(1)Tábuas específicas por sexo.

Análise de sensibilidade
As principais premissas ponderadas utilizadas para a análise de sensibilidade do saldo das obrigações dos planos, são como seguem:

	Plano de saúde	**PCV**
Taxa de desconto	9,94% - 11,94%	10,36% - 12,36%
Custos médicos	Crescimento/Redução de 1%	–

As análises de sensibilidade, apresentadas, baseiam-se em uma mudança na premissa enquanto são mantidas constantes todas as demais:

	Taxa de desconto	
	1%	**-1%**
Plano de saúde	**27.589**	**(43.397)**
	Custos médicos	
	1%	**-1%**
Plano de saúde	**43.619**	**(27.367)**
	Taxa de desconto	
	1%	**-1%**
PCV	**6.577**	**(7.104)**

17. PASSIVO DE ARRENDAMENTO
A Companhia e suas controladas possuem contratos classificados como arrendamentos que se enquadram no escopo da IFRS 16/ CPC 06 (R2), o passivo de arrendamento foi mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontado, utilizando a taxa incremental de seus empréstimos. A taxa média anual ponderada consolidada dos contratos de arrendamento em 31 de dezembro de 2025 é de 11,47% (em 31 de dezembro de 2024 era de 11,87%) com prazo médio de vencimento de oito anos.
A movimentação dos arrendamentos está demonstrada a seguir:

	Controladora	**Consolidado**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**84.125**	**99.370**
Adições, líquidas (1)	17.045	12.443
Encargos financeiros	7.944	9.235
Pagamentos	(70.797)	(75.014)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**38.317**	**46.034**
Adições, líquidas (1)	**221.302**	**213.565**
Encargos financeiros	**15.007**	**16.358**
Pagamentos	**(82.786)**	**(86.311)**
Saldo em 31 de dezembro de 2025 (2)	**191.840**	**189.646**
Circulante	**80.313**	**81.765**
Não circulante	**111.527**	**107.881**

(1) Representa principalmente adições, baixas, alteração na contraprestação do arrendamento e prorrogação do prazo de arrendamento contratual.
(2) Inclui valores com partes relacionadas no montante de R$14.747 na controladora e R$1.376 no consolidado (R$2.765 na controladora e R$4.246 no consolidado em 31 de dezembro de 2024).
A seguir, apresentamos o cronograma dos valores a pagar dos arrendamentos em 31 de dezembro de 2025:

Vencimentos das prestações	**Controladora**	**Consolidado**
2026	**91.873**	**93.665**
2027	**78.900**	**78.652**
2028	**34.111**	**33.105**
2029	**11.963**	**10.161**
2030	**7.666**	**5.417**
Posterior a 2030	**4.340**	**4.585**
Valores não descontados	**228.853**	**225.585**
Juros embutidos	**(37.013)**	**(35.939)**
	191.840	**189.646**

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
a) Capital social
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social da Companhia era de R$21.430.205, dividido em 86.447.902.881 ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal.
b) Reserva Legal
A legislação societária brasileira determina que as sociedades anônimas criem uma reserva de até 20% do valor total do capital. Antes dos lucros serem distribuídos, as sociedades anônimas devem apropriar 5% do lucro líquido do exercício, limitado àquele percentual.
Não houve constituição em 31 de dezembro de 2025 e 2024, pois a Companhia apresentou prejuízo acumulado.
c) Outros resultados abrangentes
Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 houve o reconhecimento dos valores oriundos de ganhos e perdas atuariais de R$19.703 (R$8.023 em 31 de dezembro de 2024).

19. RECEITA OPERACIONAL, LÍQUIDA

	Controladora		**Consolidado**	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Receita bruta de serviços	**19.816.204**	19.198.292	**21.918.909**	21.204.712
Deduções de vendas:				
Tributos	**(3.143.432)**	(2.956.405)	**(3.412.756)**	(3.216.641)
Descontos concedidos	**(428.064)**	(324.005)	**(449.407)**	(350.751)
Receita operacional, liquida	**16.244.708**	15.917.882	**18.056.746**	17.637.320

Não há cliente que tenha contribuído com mais de 10% da receita operacional bruta para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

20. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA
As demonstrações dos resultados da Companhia são apresentadas por função. A seguir demonstramos o detalhamento dos custos e despesas por natureza:

	Controladora		**Consolidado**	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	**(10.092.866)**	(9.986.381)	**(11.635.209)**	(11.445.684)
Despesas comerciais	**(2.895.668)**	(2.442.526)	**(2.963.216)**	(2.550.539)
Despesas gerais e administrativas	**(892.362)**	(670.161)	**(1.188.746)**	(725.229)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	**16.187**	(64.367)	**50.120**	(29.147)
	(13.864.709)	(13.163.435)	**(15.737.051)**	(14.750.599)
Serviços de terceiros	**(3.873.609)**	(3.260.983)	**(4.833.881)**	(3.991.398)
Depreciação e amortização	**(3.163.489)**	(3.322.572)	**(3.477.374)**	(3.679.246)
Mão de obra própria	**(1.194.737)**	(1.160.532)	**(1.278.238)**	(1.239.974)
Canais de conteúdo	**(3.403.085)**	(3.406.517)	**(3.516.480)**	(3.587.432)
Interconexão	**(308.717)**	(283.242)	**(447.700)**	(471.822)
Publicidade	**(446.098)**	(448.477)	**(446.914)**	(448.619)
Perda com recebíveis(1)	**(315.997)**	(270.751)	**(323.371)**	(280.816)
Outras receitas (custos e despesas), líquidas	**(1.158.977)**	(1.010.361)	**(1.413.093)**	(1.051.292)
	(13.864.709)	(13.163.435)	**(15.737.051)**	(14.750.599)

(1)Compreende provisão para perda de crédito esperadas e, também, outras perdas com contas a receber.

21. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	Controladora		**Consolidado**	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Receitas financeiras				
Juros sobre tributos e outros	**53.723**	58.938	**63.767**	62.754
Juros sobre mútuos	**5.224**	10.146	**699.730**	143.352
Outras receitas financeiras	**7.646**	118.300	**47.947**	295.596
Variações cambiais, líquidas	**690.162**	–	**687.591**	–
	756.755	187.384	**1.499.035**	501.702
Despesas financeiras				
Juros sobre mútuos	**(1.102.988)**	(736.000)	**(1.058.102)**	(731.145)
Atualização de contingências e depósitos judiciais	**(257.138)**	(25.646)	**(445.708)**	(52.256)
Juros sobre tributos	**(59.947)**	(109.747)	**(101.667)**	(125.961)
Arrendamentos	**(15.007)**	(7.944)	**(16.358)**	(9.235)
Outras despesas financeiras	**(13.509)**	(20.701)	**(14.886)**	(21.939)
Variações cambiais, líquidas	**–**	(2.462.924)	**–**	(2.457.029)
Variações monetárias, líquidas	**(450)**	(124)	**(486)**	(56)
	(1.449.039)	(3.363.086)	**(1.637.207)**	(3.397.621)
	(692.284)	(3.175.702)	**(138.172)**	(2.895.919)

22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS
A composição das despesas com imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

	Controladora		**Consolidado**	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Corrente				
Imposto de renda	**(80.725)**	5.494	**(232.424)**	(56.716)
Contribuição social	**(30.959)**	2.818	**(85.796)**	(20.014)
	(111.684)	8.312	**(318.220)**	(76.730)
Diferidos				
Imposto de renda	**41.191**	118.174	**108.931**	216.006
Contribuição social	**14.829**	42.543	**39.263**	77.762
	56.020	160.717	**148.194**	293.768
	(55.664)	169.029	**(170.026)**	217.038

Algumas controladas da Companhia possuem créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas no montante total de R$542.567 em 31 de dezembro de 2025 (R$1.121.254 em 31 de dezembro de 2024), que não foram reconhecidos pelo fato de não possuírem perspectivas de realização futura.
A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos nos resultados estão demonstrados a seguir:

	Controladora		**Consolidado**	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	**2.067.161**	38.811	**2.181.523**	(9.198)
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	**(702.835)**	(13.195)	**(741.718)**	3.127
Ajustes para cálculo do crédito tributário:				
Equivalência patrimonial	**129.011**	156.422	**–**	–
Despesas não dedutíveis	**(10.578)**	16.864	**(13.092)**	14.550
Tributos diferidos (1)	**524.272**	8.938	**578.878**	198.712
Perdas com recebíveis	**(303)**	–	**(303)**	(289)
Incentivos fiscais (2)	**4.769**	–	**6.209**	938
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido do exercício	**(55.664)**	169.029	**(170.026)**	217.038

	Controladora		**Consolidado**	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Imposto de renda e contribuição social correntes	**(111.684)**	8.312	**(318.220)**	(76.730)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**56.020**	160.717	**148.194**	293.768
Imposto de renda e contribuição social do exercício	**(55.664)**	169.029	**(170.026)**	217.038
Taxa efetiva	**-2,7%**	435,5%	**-7,8%**	-2359,6%

(1) Tributos diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias, fundamentado em estudo técnico com teste de recuperabilidade, conforme Nota 7.2, sem perspectiva de recuperação. Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia e a controlada Tvsat registraram um ativo fiscal diferido de imposto de renda sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, no montante de R$577.112 (R$196.992 em 31 de dezembro de 2024), fundamentado em estudo técnico com teste de recuperabilidade destes ativos.
(2) Em 2025 a Companhia utilizou o benefício da Lei do Bem instituído pela Lei nº 11.196/05, que permite a dedução diretamente na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social do valor correspondente a 60% do total dos gastos com pesquisa e inovação tecnológica, observadas as regras estabelecidas na referida lei.

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE CAPITAL E RISCOS
a) Valores estimados de mercado
Os saldos das contas a receber e a pagar registrados no circulante, devido ao vencimento em curto prazo desses instrumentos e/ou indexação a taxas de juros de mercado ou índices de correção monetária.
As aplicações financeiras estão atualizadas de acordo com as taxas pactuadas junto às instituições financeiras, sem expectativa de geração de perda para a Companhia e suas controladas.
Os saldos de mútuos e notas comerciais com partes relacionadas estão registrados de acordo com as taxas pactuadas com as contrapartes.
O valor justo é calculado por fluxo de caixa descontado, e os recebimentos e pagamentos referem-se às previsões de fluxo de caixa no exercício.
Para determinação do valor justo dos empréstimos, conforme abaixo, a Companhia utilizou taxa de juros para descontar fluxos de caixa estimados, quando aplicável, baseadas na curva do CDI.
Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios da Companhia e suas controladas podem assim ser apresentados.
Segue a classificação dos principais instrumentos financeiros:

			Consolidado			
			31/12/2025		**31/12/2024**	
	Classificação	**Hierarquia de valor justo**	**Valor contábil**	**Valor justo**	**Valor contábil**	**Valor justo**
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado		**165.428**	**165.428**	124.786	124.786
Contas a receber, líquidas	Custo amortizado		**559.937**	**559.937**	549.433	549.433
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado		**3.589.086**	**3.589.086**	4.234.564	4.234.564
Nota comercial com partes relacionadas	Custo amortizado	**Nível 2**	**4.604.023**	**4.554.651**	2.349.909	2.339.082
Mútuos com partes relacionadas em real	Custo amortizado	**Nível 2**	**1.139.488**	**1.123.090**	1.294.603	1.283.990
			10.057.962	**9.992.192**	8.553.295	8.531.855
Passivo						
Fornecedores e outras contas a pagar	Custo amortizado		**2.038.990**	**2.038.990**	1.806.914	1.806.914
Obrigações com partes relacionadas	Custo amortizado		**543.628**	**543.628**	447.171	447.171
Mútuos com partes relacionadas em real	Custo amortizado	**Nível 2**	**5.768.854**	**5.477.042**	4.976.589	4.831.878
Mútuos com partes relacionadas em dólar	Custo amortizado	**Nível 2**	**4.784.993**	**4.803.770**	7.122.670	7.352.999
			13.136.465	**12.863.430**	14.353.344	14.438.962

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios da Companhia e suas controladas podem ser assim apresentados:
b) Gestão de capital
O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.
A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Com esse objetivo, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos e captação de novos empréstimos. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.
c) Risco de taxa de câmbio
Este risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio.
Na data de encerramento do exercício, a Administração considerou relevantes os seguintes riscos:
Risco de queda do dólar
Cenário I Dólar - 5%: R$5,2273
Cenário II Dólar - 25%: R$4,1268
Cenário III Dólar - 50%: R$2,7512
Risco de alta do dólar
Cenário I Dólar + 5%: R$5,7775
Cenário II Dólar + 25%: R$6,8780
Cenário III Dólar + 50%: R$8,2536
Segue abaixo quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, ao qual a Companhia esteja exposta na data de encerramento das demonstrações financeiras, consolidadas:

Operação	**Posição em 31/12/2025**	**Cenário I provável**	**Cenário II**	**Cenário III**
Queda do U$$				
Partes relacionadas	**4.784.993**	**239.250**	**1.196.248**	**2.392.496**
Fornecedores	**27.649**	**1.382**	**6.912**	**13.824**
Total		**240.632**	**1.203.160**	**2.406.321**
Alta do U$$				
Partes relacionadas	**4.784.993**	**(239.250)**	**(1.196.248)**	**(2.392.496)**
Fornecedores	**27.649**	**(1.382)**	**(6.912)**	**(13.824)**
Total		**(240.632)**	**(1.203.160)**	**(2.406.321)**

d) Risco de crédito
O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. A concentração do risco de crédito nas contas a receber de assinantes é limitada pelo grande número de assinantes que compõe a base de clientes da Companhia.
e) Risco de liquidez
O risco de liquidez da Companhia é representado pelo risco de encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas.
A Companhia estrutura os vencimentos das dívidas de modo a não afetar a sua liquidez. O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez, conforme Notas 15, 17 e 25.

24. SEGUROS
A política de seguros da Companhia foi instituída de acordo com as regras integrantes do Programa de Seguros Mundial constituído pelo Grupo América Móvil, do qual a Companhia faz parte. O respectivo programa visa garantir a reposição das perdas Patrimoniais e Operacionais aos quais a Companhia está sujeita em função de suas operações, estabelecendo apólice em valores suficientes para suportar eventuais perdas. Desta forma objetivando mitigar os riscos e considerando as características específicas das operações adota-se o conceito de Limite Máximo provável de danos em um mesmo evento, tendo como limite de indenização o valor aproximado de R$1.925.840 abrangendo todas as empresas do grupo. O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguro, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

25. COMPROMISSOS
A Companhia e suas controladas tem compromissos por meio de vários contratos operacionais não canceláveis que vencem em datas diferentes, com *capex*. Os valores totais equivalentes ao período integral dos contratos para 2026 são de R$644.318 (R$347.661 em 31 de dezembro de 2025).

26. OUTRAS GARANTIAS
A Companhia e suas controladas firmaram cartas de fiança e contratos de seguro, com a finalidade de garantir, principalmente, o pagamento de ações tributárias, regulatórias, cíveis e trabalhistas no montante de R$2.780.799 na controladora e R$3.079.131 no consolidado em 31 de dezembro de 2025 (R$2.327.430 na controladora e R$2.730.268 no consolidado em 31 de dezembro de 2024).

27. EVENTOS SUBSEQUENTES
Em 22 de março de 2026, a Companhia anunciou a celebração de um Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças para a aquisição de 73,01% do capital social da Desktop S.A. O preço de compra foi definido com base em um Enterprise Value de R$4 bilhões, considerando o endividamento líquido da Desktop em 30 de setembro de 2025, estimado em R$1,6 bilhão. Assim, o preço acordado para a participação adquirida totaliza R$2,4 bilhões, equivalente a R$20,82 por ação pago aos acionistas controladores. A operação permanece sujeita à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), além da realização de uma Oferta Pública de Aquisição (OPA) destinada aos demais acionistas, garantindo tag along pelo mesmo preço por ação pago no controle.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Antônio Guaraldi Félix
Presidente
Alejandro Cantú Jiménez
Vice-Presidente
Ernesto Carlos Leyva Pedrosa
Membro Efetivo

DIRETORIA

José Antônio Guaraldi Félix - Diretor Presidente
Roberto Catalão Cardoso - Diretor Executivo Administrativo e Financeiro
Antonio Oscar de Carvalho Petersen Filho - Diretor Executivo Jurídico e Regulatório
Rodrigo Marques de Oliveira - Diretor Executivo de Estratégia e Gestão Operacional
Daniel Feldmann Barros - Diretor

CONTADOR

Ricardo Basso Gaino
CRC - PR-040021/O-0-S-SP

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, aos Administradores e à Diretoria da
Claro NXT Telecomunicações S.A.
São Paulo - SP

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Claro NXT Telecomunicações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Claro NXT Telecomunicações S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos
Auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.
As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram auditadas por outro auditor independente, que emitiu relatório, datado de 17 de março de 2025, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor
A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas
A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
• Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de março de 2026

Deloitte Touche Tohmatsu
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Alexandre Cassini Decourt
Contador - CRC nº 1 SP 276957/O-4

Deloitte.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil
Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 26/03/2026
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/03/26/CLARO1588386026032026.pdf
Hash:17744768417112ffd068a94757ad56bc55676e0254